



**PREFEITURA DE
RIO PRETO**



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIRETORIA RELATÓRIO DE GESTÃO CORPORATIVA

1º Semestre de 2018



Sumário

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIRETORIA E DE GESTÃO CORPORATIVA.....	1
APRESENTAÇÃO.....	5
DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	6
QUANTITATIVOS DE SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS EM 30/06/2018.....	6
RESUMO ACUMULADO DA FOLHA NO SEMESTRE	7
TOTAL DO GASTO PREVIDENCIÁRIO NO SEMESTRE	7
RESUMO DA ARRECADAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NO SEMESTRE	8
RESUMO DA ARRECADAÇÃO TOTAL	8
DA AVALIAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E OUTROS INDICADORES RELATIVOS AO 1º SEMESTRE DO ANO DE 2018.	8
RECEITA PREVISTA VERSUS RECEITA ARRECADADA.....	8
DESPESAS PREVISTAS VERSUS DESPESAS EXECUTADAS.....	8
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	9
EXECUÇÃO POR PROGRAMA	9
EXECUÇÃO POR AÇÃO	9
DA DESPESA ADMINISTRATIVA.....	10
ENVIO DE INFORMAÇÕES AOS ÓRGÃOS FISCALIZADORES.....	11
COMPREV	13
SITUAÇÃO DOS REQUERIMENTOS DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	13
FLUXO MENSAL RECEBIDO.....	13
SITUAÇÃO OPERACIONAL DO COMPREV.....	13
RECEBIMENTOS DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA NO ANO DE 2018	14
RELATÓRIO DE PROPORCIONALIDADE RO-RI	15
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS.....	16
DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA	16
DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DE PENSÃO POR MORTE.....	17
DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE.....	18
MÊS DE JANEIRO /2018	18
MÊS DE FEVEREIRO /2018.....	20
MÊS DE MARÇO /2018	21
MÊS DE ABRIL /2018.....	23



MÊS DE MAIO/2018.....	24
MÊS DE JUNHO/2018	26
EVOLUÇÃO DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS POR CID	28
AÇÕES ADOTADAS PELA GERÊNCIA DE PERÍCIAS E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO	29
DA CONCESSÃO DO SALÁRIO-MATERNIDADE	30
INVESTIMENTOS, BENS IMÓVEIS E DEMAIS DIREITOS.....	33
FUNDOS DE INVESTIMENTOS.....	33
ENQUADRAMENTOS NA RESOLUÇÃO Nº 3922/2010, 4392/2017 E POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	34
DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR SUB-SEGMENTOS – BASE.....	35
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA.....	35
RETORNO E META ATUARIAL ACUMULADOS NO ANO DE 2017.....	36
SEGMENTO DE IMÓVEIS.....	37
TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO RPPS.	37
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	37
FLUXO FINANCEIRO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO.....	38
PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS NO 2º TRIMESTRE DE 2018... 42	
CONSELHO FISCAL.....	42
DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA	43
DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE JANEIRO/2018:.....	43
DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE FEVEREIRO/2018:.....	43
DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE MARÇO/2018:.....	43
DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE ABRIL/2018:	44
DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE MAIO/2018:.....	44
DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE JUNHO/2018:.....	44
COMITÊ DE INVESTIMENTOS.....	45
DECISÕES DO COMITÊ NAS REUNIÕES DE JANEIRO/2018:.....	45
DECISÕES DO COMITÊ NAS REUNIÕES DE FEVEREIRO/2018:	45
DECISÕES DO COMITÊ NAS REUNIÕES DE MARÇO/2018:.....	46
DECISÕES DO COMITÊ NAS REUNIÕES DE ABRIL/2018:.....	46
DECISÕES DO COMITÊ NAS REUNIÕES DE MAIO/2018:.....	46
DECISÕES DO COMITÊ NAS REUNIÕES DE JUNHO/2018:.....	47
ATIVIDADES INSTITUCIONAIS.....	48
DAS COMPRAS, LICITAÇÕES E DOS CONTRATOS	50



DAS LICITAÇÕES/CERTAMES REALIZADOS NO 1º SEMESTRE DE 2018	50
CONTRATOS ADITADOS NO ANO DE 2018	53
ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS	54
CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS	55
MAPA ORÇAMENTÁRIO DE PRECATÓRIOS REFERENTE AO ANO DE 2018	55
CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PERANTE OS ORGÃOS DE FISCALIZAÇÃO	56
TEMPORARIEDADE E REGULARIDADE	56
ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO	56
DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO.....	57
DOS TRABALHOS REALIZADOS	58
DA FINALIDADE DA COMISSÃO DO CONTROLE INTERNO DA RIOPRETOPREV	58
CANAIS DE ATENDIMENTO	59
RESULTADO DA PESQUISA POR SATISFAÇÃO DO ATENDIMENTO.	59
REQUERIMENTOS DE PENSÃO POR MORTE DEFERIDOS.....	60
PENSÃO POR MORTE INDEFERIDO.....	60
REQUERIMENTOS DE APOSENTADORIAS INDEFERIDOS	60
REQUERIMENTOS DE APOSENTADORIA ARQUIVADOS OU DEFERIDOS	61
PEDIDOS DE ABONO DE PERMANÊNCIA QUE ATENDEM AOS REQUISITOS.....	63
PEDIDOS DE ABONO DE PERMANÊNCIA QUE NÃO ATENDEM AOS REQUISITOS.....	64



**PREFEITURA DE
RIO PRETO**



APRESENTAÇÃO

Trata-se do Relatório de Atividades da Diretoria referente ao 1º semestre de 2018. Este relatório é de natureza gerencial e visa prestar contas aos participantes, Conselho Municipal de Previdência, Conselho Fiscal, segurados e beneficiários sobre as atividades desenvolvidas, bem como dar transparência aos resultados alcançados.

O Relatório Semestral possibilita ao Conselho Municipal de Previdência um acompanhamento mais amigável da Autarquia e, com isso, fornece subsídios para eventuais decisões com vistas ao estabelecimento de novas diretrizes e de orientações gerais de organização, operação e administração.



DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

QUANTITATIVOS DE SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS EM 30/06/2018

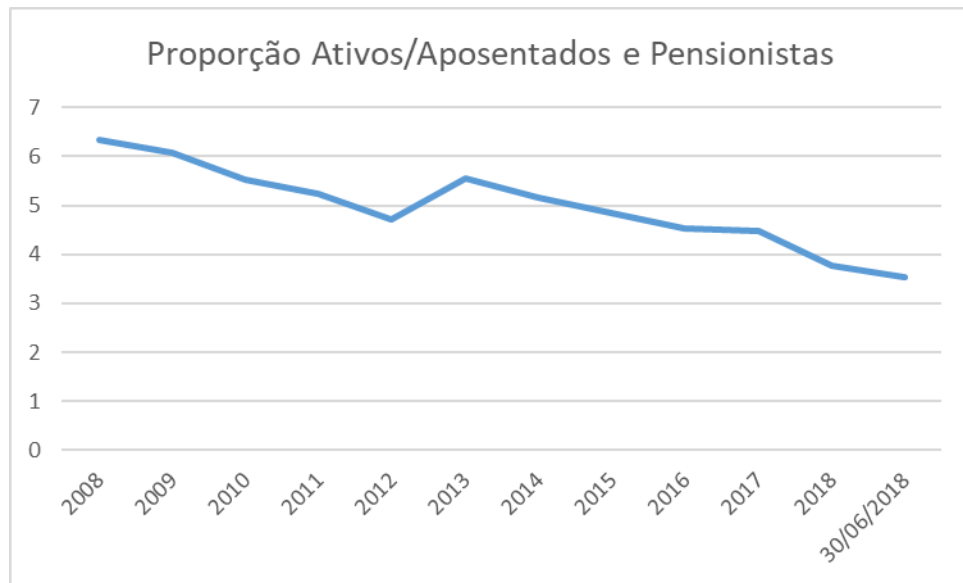
Na tabela abaixo, segue o quantitativo de servidores ativos, inativos e pensionistas do Município de São José do Rio Preto:

Quantidade de Servidores por Órgão Municipal				
Órgão	Ativos	Inativos	Pensionistas	Proporção Ativos/Aposentados e Pensionistas)
Prefeitura Municipal	4.496	1.150	181	3,35
SeMAE	288	12	7	15,15
Câmara Municipal	68	20	4	2,83
RIOPRETOPREV	15	0	0	-
Total	4.867	1.182	192	3,54

De acordo informações apuradas junto as avaliações atuariais da entidade, comparamos a proporção entre servidores ativos e a soma dos segurados aposentados e pensionistas nos últimos 10 anos, revelando o seguinte quadro:

Ano da Avaliação Atuarial (Data Base: julho a dezembro do ano anterior)	Servidores Ativos Estatutários	Quantidade de Servidores Aposentados	Quantidade de Pensionistas	Proporção: Ativos/Aposentados e Pensionistas)
2008	3186	354	148	6,35
2009	3186	373	152	6,07
2010	3212	426	156	5,52
2011	3362	476	167	5,23
2012	3280	530	166	4,71
2013	4088	590	147	5,55
2014	4293	679	154	5,15
2015	4622	794	161	4,84
2016	4735	884	162	4,53
2017	5.020	948	174	4,47
2018	4.828	1100	182	3,77
30/06/2018	4.867	1182	192	3,54

Segue a representação gráfica da evolução da correlação entre a quantidade de servidores ativos e quantidade de aposentados e pensionistas:



Portanto, verificamos que o crescimento do número de benefícios previdenciários é superior ao crescimento da população de servidores.

RESUMO ACUMULADO DA FOLHA NO SEMESTRE

Apresentamos, no quadro abaixo, o resumo da folha de pagamentos da entidade:

Natureza do Pagamento	Período/Natureza da despesa	Valor – R\$	% do Total
Aposentadoria	Semestral (orçamentária)	44.740.733,39	86,23
Pensão Por Morte	Semestral (orçamentária)	4.703.987,45	9,07
Auxílio-Doença	Semestral (orçamentária)	1.426.291,18	2,75
Salário Maternidade	Semestral (orçamentária)	932.456,55	1,79
Sentenças Judiciais de Pequeno Valor	Semestral (orçamentária)	77.506,70	0,15
Precatórios – Inativos	Semestral (orçamentária)	3.999,57	0,01
Total		51.884.974,84	100,00

TOTAL DO GASTO PREVIDENCIÁRIO NO SEMESTRE

No quadro abaixo, destacamos a natureza da despesa da Entidade de Previdência Municipal:

Natureza da Despesa	Período/Natureza da despesa	Valor – R\$	% do Total
Benefícios	Semestre (orçamentária)	51.884.974,84	96,73
Despesa Administrativa	Semestre (orçamentária)	1.752.560,38	3,27
Despesa Total		53.637.535,22	100,00



RESUMO DA ARRECADAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NO SEMESTRE

Destacamos, no quadro a seguir, o resumo da arrecadação da contribuição previdenciária no semestre:

Natureza da Receita	Período/Natureza	Valor – R\$	% do Total
Contribuição do Servidor Ativo	Semestre (orçamentária)	14.476.242,29	32,17
Contribuição do Servidores Inativos	Semestre (orçamentária)	1.310.571,21	2,90
Contribuição dos Pensionistas	Semestre (orçamentária)	46.062,31	0,10
Outras Contribuições Sociais	Semestre (orçamentária)	39.975,56	0,13
Contribuição Patronal	Semestre (orçamentária)	29.108.638,93	64,70
Total da receita contributiva		44.981.490,30	100,00

RESUMO DA ARRECADAÇÃO TOTAL

No quadro abaixo está descrita a natureza da arrecadação total da entidade no semestre:

Natureza da Receita	Período/Natureza	Valor – R\$	% do Total
Contribuições Previdenciárias	Semestre (orçamentária)	44.981.490,30	98,31
Outras Receitas	Semestre (orçamentária)	773.160,04	1,69
Total da Receita		45.754.650,34	100,00

DA AVALIAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E OUTROS INDICADORES RELATIVOS AO 1º SEMESTRE DO ANO DE 2018.

RECEITA PREVISTA VERSUS RECEITA ARRECADADA

Conforme balancete de receita do período, destacamos o que segue:

Receita Prevista Anual – R\$	Receita Arrecadada até o período – R\$	% arrecadado
103.933.000,00	45.754.650,34	44,02

Ressaltamos que foram arrecadados valores correspondentes a 44,02% do valor previsto para o ano todo. O valor da arrecadação esperada para o período era de 46,15.

DESPESAS PREVISTAS VERSUS DESPESAS EXECUTADAS

De acordo com o balancete da despesa, destacamos a sua execução, conforme segue:

Dotação Atualizada – R\$	Empenhado – R\$	%	Liquidado – R\$	%
106.833.000,00	103.187.185,46	96,59	53.672.328,80	50,24



Destacamos que o total empenhado corresponde a 96,59% do total autorizado; o liquidado corresponde a 50,24%.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Analisando a execução orçamentária, identificamos o que segue:

Receitas Realizadas – R\$	Despesas Liquidadas – R\$	Resultado Orçamentário Parcial – R\$	Resultado Orçamentário Parcial em relação à receita – %
45.754.650,34	53.672.328,80	-R\$ 7.917.678,46	-17,30%

A execução orçamentária de 2018, considerando os valores dos empenhos liquidados, apresenta um quadro deficitário de 17,30% da receita realizada.

EXECUÇÃO POR PROGRAMA

As metas fiscais estimadas para os programas governamentais da RIOPRETOPREV são as especificadas no quadro abaixo:

Relação de Programas de Governo		Indicador	Metas
0	Operações Especiais	Ações Administrativas	100%
2	Suporte Administrativo	Ações Administrativas	100%
9999	Reserva de Contingência	Ações Administrativas	100%

A execução orçamentária por programa governamental ocorreu conforme o quadro abaixo:

Programa	Orçado – R\$	Empenhado – R\$	%	Liquidado – R\$	%
0	650.000,00	103.256,18	15,89	103.256,18	15,89
2	105.176.300,00	103.083.929,28	98,01	53.569.072,62	50,93
9999	1.006.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO POR AÇÃO

As metas fiscais estimadas para as ações governamentais da RIOPRETOPREV são as especificadas no quadro abaixo:

Relação das Ações Governamentais		Indicador	Metas Previstas
0.008	Precatórios	Ações Administrativas	100%
2.001	Manutenção	Ações Administrativas	100%
2.055	Pagamento de Inativos, Pensionistas e Outros Benefícios.	Ações Administrativas	100%
9.999	Reserva de Contingência	Ações Administrativas	100%



A execução orçamentária por ações governamentais ocorreu conforme o quadro a seguir:

Ação	Orçado – R\$	Empenhado – R\$	%	Liquidado – R\$	%
0.008	650.000,00	103.256,18	15,89%	103.256,18	15,89%
2.001	4.937.300,00	3.762.674,08	76,21%	1.765.604,05	35,76%
2.055	100.239.000,00	99.321.255,20	99,08%	51.803.468,57	51,68%
9.999	1.006.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DA DESPESA ADMINISTRATIVA

Os gastos administrativos, limitados a 2%, em 2018 representam 0,39% do valor total das remunerações dos servidores ativos, proventos dos inativos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativos ao exercício anterior ao examinado, conforme inciso VIII, art. 6º da Lei nº 9.717/98 e artigo 41 e seus incisos da ON SPS 02/09:

Exercícios	2014	2015	2016	2017	2018
Remuneração	297.149.143,43	342.268.190,64	381.763.552,76	418.927.217,27	456.870.267,98
Despesas administrativas	3.298.672,44	3.625.127,68	3.750.469,10	3.683.873,56	1.765.604,05
Percentual	1,11%	1,06%	0,98%	0,88%	0,39%

Segue o detalhamento do controle da taxa de administração por mês do exercício:

MÊS	LIMITE DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO/MÊS (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	LIQUIDADO/ (LIMITE DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO/MÊS) – %	SALDO A UTILIZAR (R\$)
JAN	761.450,45	249.281,30	32,74%	8.888.124,06
FEV	761.450,45	270.670,25	35,55%	8.617.453,81
MAR	761.450,45	288.991,14	37,95%	8.328.462,67
ABR	761.450,45	353.943,74	46,48%	7.974.518,93
MAI	761.450,45	289.556,60	38,03%	7.684.962,33
JUN	761.450,45	313.161,02	41,13%	7.371.801,31
JUL	761.450,45	-	0,00%	7.371.801,31
AGO	761.450,45	-	0,00%	7.371.801,31
SET	761.450,45	-	0,00%	7.371.801,31
OUT	761.450,45	-	0,00%	7.371.801,31
NOV	761.450,45	-	0,00%	7.371.801,31
DEZ	761.450,45	-	0,00%	7.371.801,31
TOTAL	9.137.405,36	1.765.604,05	0,39%	7.371.801,31



ENVIO DE INFORMAÇÕES AOS ÓRGÃOS FISCALIZADORES

A RIOPRETOPREV envia informações a diversos órgãos fiscalizadores, sendo que as principais obrigações ocorrem perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e a Secretaria da Previdência Social (órgão do Ministério da Fazenda).

As informações destinadas ao Tribunal de Contas do Estado são prestadas pelo sistema Audesp. O projeto Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos é uma iniciativa do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no aperfeiçoamento do controle de gestão governamental que objetiva, através do uso da tecnologia da informação e do aprimoramento dos procedimentos de coleta de dados e informações dos órgãos fiscalizados, o aumento da qualidade dos dados e, como consequência natural, o cumprimento da missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas com o máximo grau de eficiência e eficácia, buscando maior agilidade nos trabalhos, em benefício da sociedade.

O objetivo do sistema Audesp é disponibilizar, para os envolvidos com o processo de fiscalização, um banco de dados contendo informações de cada órgão, em especial a sua contabilidade, com conteúdo padronizado e atualizado diretamente pelos próprios órgãos objeto de fiscalização. As informações constantes do banco de dados resultante desse processo serão também disponibilizadas, via internet, ao público em geral.

De acordo com o recibo de prestação de contas, emitido pelo TCE/SP no dia 08/04/2018, ficou atestado que a RIOPRETOPREV entregou a Prestação de Contas do Exercício de 2017, nos termos das instruções e legislação vigentes (certificado de autenticidade: fb4e2211-9736-4347-a99b-5db6627c4d71, que pode ser verificado em www4.tce.sp.gov.br/verificação-documentos).

Em relação a tempestividade das informações ao Sistema AUDESP, a entidade não cumpriu o prazo fixado para o envio em 4 oportunidades no ano de 2018, ensejando a notificação por parte do órgão fiscalizador para justificativa sobre o não cumprimento do prazo.

Segue a tabela de envios realizados ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Tipo de Documento	Mês	Ano	Prazo de Entrega	Entregue no Prazo	Data de Entrega
Balancete-isolado-conta-contábil	11	2017	10/01/2018	Sim	15/12/2017
Balancete-isolado-conta-contábil	12	2017	06/02/2018	Sim	23/01/2018
Balancete-isolado-conta-contábil	1	2018	23/03/2018	Não	27/03/2018
Balancete-isolado-conta-contábil	2	2018	02/04/2018	Sim	28/03/2018
Balancete-isolado-conta-contábil	3	2018	02/05/2018	Sim	24/04/2018
Balancete-isolado-conta-contábil	4	2018	04/06/2018	Sim	17/05/2018
Balancete-isolado-conta-corrente	11	2017	10/01/2018	Sim	15/12/2017
Balancete-isolado-conta-corrente	12	2017	06/02/2018	Sim	23/01/2018
Balancete-isolado-conta-corrente	1	2018	23/03/2018	Não	27/03/2018
Balancete-isolado-conta-corrente	2	2018	02/04/2018	Sim	28/03/2018
Balancete-isolado-conta-corrente	3	2018	02/05/2018	Sim	24/04/2018
Balancete-isolado-conta-corrente	4	2018	04/06/2018	Sim	17/05/2018



SisCAA	12	2017	31/01/2018	Sim	09/01/2018
Relatório de Atividades	12	2017	01/03/2018	Sim	22/02/2018
Fixação da Remuneração de Agentes Políticos	12	2017	02/04/2018	Sim	02/03/2018
Concessão de Reajuste de Agentes Políticos	12	2017	02/04/2018	Sim	01/03/2018
Dados de Balanços Isolados	12	2017	02/04/2018	Não	03/04/2018
Conciliações Bancárias Mensais	11	2017	22/01/2018	Sim	15/01/2018
Conciliações Bancárias Mensais	12	2017	05/03/2018	Sim	23/02/2018
Conciliações Bancárias Mensais	1	2018	02/04/2018	Sim	28/03/2018
Conciliações Bancárias Mensais	2	2018	12/04/2018	Sim	04/04/2018
Conciliações Bancárias Mensais	3	2018	14/05/2018	Sim	08/05/2018
Conciliações Bancárias Mensais	4	2018	14/06/2018	Sim	12/06/2018
Questionário sobre Transporte	12	2017	30/01/2018	Sim	04/01/2018
Questionário sobre Transporte	4	2018	30/05/2018	Sim	07/05/2018
Atualização Cadastro Geral de Entidades – Mensal	12	2017	10/01/2018	Sim	04/01/2018
Atualização Cadastro Geral de Entidades – Mensal	1	2018	15/02/2018	Sim	07/02/2018
Atualização Cadastro Geral de Entidades – Mensal	2	2018	12/03/2018	Sim	06/03/2018
Atualização Cadastro Geral de Entidades – Mensal	3	2018	10/04/2018	Sim	05/04/2018
Atualização Cadastro Geral de Entidades – Mensal	4	2018	10/05/2018	Sim	07/05/2018
Atualização Cadastro Geral de Entidades – Mensal	5	2018	11/06/2018	Sim	06/06/2018
Balancete-isolado-encerramento-13-conta-contabil	13	2017	21/02/2018	Sim	16/02/2018
Balancete-isolado-encerramento-13-conta-corrente	13	2017	21/02/2018	Sim	16/02/2018
Balancete-isolado-encerramento-14-conta-contabil	14	2017	08/03/2018	Sim	27/02/2018
Balancete-isolado-encerramento-14-conta-corrente	14	2017	08/03/2018	Sim	27/02/2018
Fundos de Investimento	11	2017	10/01/2018	Não	11/01/2018
Fundos de Investimento	12	2017	15/02/2018	Sim	06/02/2018
Fundos de Investimento	1	2018	12/03/2018	Sim	06/03/2018
Fundos de Investimento	2	2018	10/04/2018	Sim	05/04/2018
Fundos de Investimento	3	2018	10/05/2018	Sim	19/04/2018
Fundos de Investimento	4	2018	13/06/2018	Sim	11/05/2018

Quanto a análise das informações enviadas, a situação relatada pelo Tribunal de Contas do Estado é a seguinte:

Período	Assunto de Fiscalização	Item de Análise	Resultado
Janeiro	Cumprimento das instruções do TCE	Ci01 - cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE	Irregular
Fevereiro	Cumprimento das instruções do TCE	Ci01 - cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE	Regular
Março	Cumprimento das instruções do TCE	Ci01 - cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE	Regular
Abril	Cumprimento das instruções do TCE	Ci01 - cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE	Regular



Abril	LRF	Gf52 - dívida de curto prazo	Regular
Maio	Cumprimento das instruções do TCE	Ci01 - cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE	Regular
Junho	Análise OCP	Análise OCP	Favorável
Junho	Cumprimento das instruções do TCE	Ci01 - cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE	Regular

COMPREV

A Compensação Previdenciária é um acerto de contas entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Ao instituírem o RPPS, os municípios geram o direito de se compensarem financeiramente com o RGPS, uma vez que servidores eram segurados do RGPS e, portanto, contribuíram por algum tempo para aquele regime.

Por essa razão, os RPPS ficam responsáveis pelo pagamento integral dos benefícios de aposentadoria e, posteriormente, das pensões por morte dela decorrentes e também se tornam titulares do direito de se compensar com o RGPS relativamente aos períodos de contribuição a ele vertidos.

Descreve-se, neste tópico, a situação da compensação previdenciária da entidade.

SITUAÇÃO DOS REQUERIMENTOS DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Seguem os dados relevantes sobre a situação atual da Compensação Previdenciária na Autarquia:

FLUXO MENSAL RECEBIDO

Descrevemos, na tabela abaixo, a quantidade de processos já analisados pelo INSS e que formam o fluxo mensal recebido acerca de compensação previdenciária:

Fluxo Mensal		
225 Benefícios com recebimento	R\$ 92.119,54 Por mês	R\$ 1.197.554,02 Por ano

SITUAÇÃO OPERACIONAL DO COMPREV

O levantamento realizado pela Coordenadoria Administrativa da Entidade demonstra que 381 requerimentos já foram enviados ao INSS, todavia, desde novembro de 2016, o órgão federal de previdência não procedeu à análise dos pedidos.

A situação dos benefícios de aposentadoria concedidos face à possibilidade de realizarmos a compensação previdenciária é a seguinte:

Benefício	Situação Atual	Quantidade
-----------	----------------	------------



Aposentadoria	Requerimentos Enviados – Aguardando Análise Médica do INSS	46
	Requerimento Enviado – Aguardando Análise do INSS	381
	Requerimento Pendente do envio ao INSS	320
	Documentação pendente (certidão do TCE ou outro)	64
Total de Benefícios com direito ao COMPREV		811
% em dos benefícios com direito a COMPREV em relação aos benefícios ativos		68,61%

Já em relação aos benefícios de pensão por morte, a situação é a que segue:

Benefício	Situação Atual	Quantidade
Pensão	Requerimento Enviado – Aguardando Análise Médica do INSS	9
	Requerimento Enviado – Aguardando Análise INSS	4
	Requerimento Pendente do envio ao INSS	26
	Documentação pendente (certidão do TCE ou outro)	2
Total de Benefícios com direito ao COMPREV		41
% em dos benefícios com direito a COMPREV em relação aos benefícios ativos		21,35%

Em relação aos requerimentos pendentes de envio ao INSS, cumpre salientar que foi estipulado que serão realizados cerca de 20 requerimentos por mês, dentro das possibilidades de pessoal da Coordenadoria Administrativa.

RECEBIMENTOS DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA NO ANO DE 2018

Conforme tabela abaixo, discriminamos o repasse mensal recebido do COMPREV:

Competência	Valor devido – R\$	Valor glosa – R\$	Valor Recebido – R\$
Janeiro	93.810,41	-	93.810,00
Fevereiro	93.810,41	-	93.810,00
Março	93.810,41	-	93.810,00
Abril	93.810,41	-	93.810,00
Maió	92.401,35	92.401,35	0,00
Junho	92.119,54	92.119,54	0,00
Julho	92.119,54	34.424,30	57.695,24
Agosto	-	-	-
Setembro	-	-	-
Outubro	-	-	-
Novembro	-	-	-
Dezembro	-	-	-
TOTAL	651.882,07	218.945,19	432.935,24



RELATÓRIO DE PROPORCIONALIDADE RO-RI

No quadro abaixo demonstramos a proporcionalidade entre os requerimentos de COMPREV analisados pelo INSS (pedidos da RIOPRETOPREV) e os analisados pela RIOPRETOPREV (pedidos enviados pelo INSS):



Relatório de Proporcionalidade RO - RI
Competência: Junho / 2018 Emitido em: 10/07/2018

Seq.	UF	Ente Federativo	RO			RI			
			Qtde. Req. Enviados a Mais de 90 Dias	Qtde. Req. Decididos	% Proporcionalidade	Qtde. Req. Reenviado	Qtde. Req. Enviados a Mais de 90 Dias	Qtde. Req. Decididos	% Proporcionalidade
1	SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	0000648	0000270	41,66	0000171	0000067	0000060	89,55

Conforme verificado acima, o INSS analisou apenas 41,66% dos requerimentos enviados, enquanto a RIOPRETOPREV analisou 89,55% dos requerimentos recebidos.

A verificação da proporção entre o percentual de requerimentos analisados pelo INSS e pelo RPPS se deve ao disposto no art. 19-B da Portaria MPAS nº 6.209, de 16 de dezembro de 2009, com redação dada pela Portaria MPS nº 288, de 30 de junho de 2015:

"Art. 19-B. O repasse do fluxo mensal de compensação financeira entre regimes poderá ser suspenso quando o credor deixar de decidir ou decidir processos em quantidade proporcionalmente inferior aos decididos pelo devedor, considerando-se os requerimentos protocolados há mais de noventa dias, ressalvados os casos em que o credor tiver decidido mais de oitenta por cento dos requerimentos protocolados há mais de noventa dias, ou quando a diferença proporcional em relação à quantidade de requerimentos decididos pelo devedor há mais de noventa dias for inferior a cinco pontos percentuais."

Tal norma tinha o objetivo de tornar efetiva e rápida a análise dos requerimentos do COMPREV, tanto por parte do regime de origem, quanto por parte do regime instituidor.

Todavia, o próprio criador da norma descumpra tal medida, sendo que a proporção entre o percentual de requerimentos analisados por este RPPS é quase 50% superior ao analisado pelo INSS.



CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

Na tabela abaixo fazemos um resumo dos benefícios de aposentadoria concedidos no semestre,

Tipos/Fundamentação legal	Quantidade	% do Total
Aposentadoria por Invalidez – art. 40, § 1º, I, CF e art. 6-A da EC 41/2003.	-	-
Aposentadoria por Idade – art. 40, §1º, III, “b”, CF	5	6,18
Aposentadoria por Tempo de Contribuição/Integral – art. 6º da EC nº 41/03	62	76,54
Aposentadoria por Tempo de Contribuição/Integral – art. 3º da EC nº 47/05	13	16,05
Aposentadoria por Tempo de Contribuição/Redutor - art. 2º da EC nº 41/03	-	-
Aposentadoria por Tempo de Contribuição/Média - art. 40, §1º, III, “a”, CF	-	-
Aposentadoria Compulsória Por Idade – art. 40, §1º, II, CF	-	-
Aposentadoria Especial – Insalubridade	1	1,23
Total	81	100,00

Na tabela abaixo comparamos a quantidade de benefícios de aposentadoria concedidos desde 2015 com a quantidade de benefícios concedidos no primeiro semestre de 2018:

2015	2016	2017	1º Semestre 2018
107	89	171	81

A RIOPRETOPREV também fez o levantamento dos servidores aposentados desde o início de 2017, a fim de evidenciar os dez cargos públicos que mais restaram vagos por conta da concessão de aposentadoria:

Cargo	Quantidade de servidores que se aposentaram no período
PEB I - Professor	74
Auxiliar de Serviços Gerais	48
Médico	16
PEB II	15
Psicólogo	15
Coordenador Pedagógico	13
Assistente Social	10
Atendente	10
Auxiliar de Enfermagem	10
Diretor de Escola	9
Total	220

Importante ressaltar, também, que cerca de 129 servidores usufruem do abono de permanência por já cumprirem os requisitos para aposentadoria por tempo de contribuição. Portanto,



podem se aposentar a qualquer momento. Segue tabela com a descrição da quantidade de servidores em abono de permanência por cargo:

Cargo	Quantidade de Servidores em Abono de Permanência
PEB I	34
Escriturário	11
Auxiliar de Enfermagem	9
Auxiliar Serviços Gerais	9
Motorista	9
Agente Fiscal de Posturas	6
Dentista	5
PEB II	5
Assistente Social	4
Atendente	4
Auditor Tributário Municipal	4
Enfermeiro	4
Administrador Hospitalar	2
Agente Administrativo	2
Coordenador Pedagógico	2
Economista	2
Inspetor de Alunos	2
Procurador do Município	2
Psicólogo	2
Telefonista	2
Administrador de Empresas	1
Arquiteto	1
Digitador	1
Encarregado Reservatório	1
Farmacêutico	1
Guarda Municipal	1
Merendeira	1
Nutricionista	1
Topógrafo	1
Total	129

DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DE PENSÃO POR MORTE

Na tabela abaixo, fazemos um resumo da concessão de benefícios de pensão por morte no ano de 2018:

Fundamentação Legal	Quantidade	% do Total
Pensão Por Morte De Servidor Ativo – art. 40, § 7º, II, CF	3	25,00
Pensão Por Morte De Servidor Inativo – art. 40, § 7º, I, CF	9	75,00
Total	12	100,00



Na tabela abaixo comparamos a quantidade de benefícios de aposentadoria concedidos desde 2015 com a quantidade de benefícios concedidos no primeiro semestre de 2018:

2015	2016	2017	1º - Semestre 2018
9	18	13	12

DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE

Na tabela abaixo, fazemos um resumo dos benefícios por incapacidade registrados no 1º semestre:

Mês	Auxílio-Doença Comum		Auxílio-Doença Acidentário		Total – R\$
	Quantidade	Valor – R\$	Quantidade	Valor – R\$	
Janeiro	58	180.077,05	5	20.838,41	200.915,46
Fevereiro	69	188.829,47	3	16.093,96	204.923,43
Março	79	203.655,28	6	20.141,88	223.797,16
Abril	77	254.680,91	4	8.579,30	263.260,21
Mai	73	254.508,66	5	13.336,38	267.845,04
Junho	70	262.653,97	4	2.895,91	265.549,88
Total	426	1.344.405,34	27	81.885,84	1.426.291,18
Média/Mês	71	224.067,56	4,5	13.647,64	237.715,20
Valor Médio por servidor afastado R\$ 3.148,55					

Para fins de estudo de estratégias para desenvolvimento de ações em saúde do servidor, a Gerência de Perícias e Atendimento Técnico faz breve análise estatística sobre os servidores em gozo de benefício, agrupando os dados por servidores/cargo, servidores/lotação e servidores/doença, conforme verifica-se a seguir.

MÊS DE JANEIRO /2018

No mês de janeiro/2018, os benefícios foram concedidos para os servidores ocupantes dos seguintes cargos:

Cargo	Quantidade de servidores que se afastaram
Agente Administrativo	14
Técnico em Enfermagem	7
Auxiliar de Serviços Gerais	5
PEB-1	5
Dentista	3
Inspetor de Alunos	3
Agente de Saneamento	2
Auxiliar de Enfermagem	2



Enfermeiro	2
Motorista	2
Outras	18
Total	63

Ainda sobre o mês de janeiro/2018, os benefícios foram concedidos para os servidores lotados nas seguintes secretarias:

Secretaria/Autarquia de Lotação	Quantidade de servidores que se afastaram
Saúde	28
Educação	15
Administração	4
Cultura	4
Gabinete do Prefeito	3
Fazenda	2
SEMAE	2
Assistência Social	1
Câmara Municipal	1
Comunicação. Social	1
Meio Ambiente	1
Trânsito	1
Total	63

Quanto a distribuição dos benefícios por doença, a classificação é a seguinte:

CID	Quantidade de servidores que se afastaram
F	14
S	11
C	8
M	8
O	5
I	4
G	3
K	3
D	2
E	2
H	1
N	1
T	1
Total	63



MÊS DE FEVEREIRO /2018

No mês de fevereiro/2018, os benefícios foram concedidos para os servidores ocupantes dos seguintes cargos:

Cargo	Quantidade de servidores que se afastaram
Agente Administrativo	16
PEB-1	10
Auxiliar de Serviços Gerais	7
Técnico em Enfermagem	5
Motorista	3
PEB-2	3
Agente de Saneamento	2
Auxiliar de Enfermagem	2
Dentista	2
Enfermeiro	2
Inspetor de Alunos	2
Outros	17
Total	71

Ainda sobre o mês de fevereiro/2018, os benefícios foram concedidos para os servidores lotados nas seguintes secretarias:

Secretaria/Autarquia de Lotação	Quantidade de servidores que se afastaram
Saúde	30
Educação	21
SEMAE	4
Administração	3
Fazenda	3
Assistência Social	2
Cultura	2
Gabinete do Prefeito	2
Esporte e Lazer	1
Meio Ambiente	1
Obras	1
Trânsito	1
Total	71



Quanto a distribuição dos benefícios por doença, a classificação é a seguinte:

CID	Quantidade de servidores que se afastaram
F	15
S	12
M	9
C	7
O	5
G	4
I	4
K	4
N	3
D	2
E	2
H	2
J	1
T	1
Total	71

MÊS DE MARÇO /2018

No mês de março/2018, os benefícios foram concedidos para os servidores ocupantes dos seguintes cargos:

Cargo	Quantidade de servidores que se afastaram
PEB-1	18
Agente Administrativo	17
Auxiliar de Serviços Gerais	9
Técnico em Enfermagem	5
Motorista	4
PEB-2	3
Técnico em Farmácia	3
Auxiliar de Enfermagem	2
Coordenador Pedagógico	2
Guarda Civil	2
Inspetor de Alunos	2
Médico	2
Merendeiro	2
Outros	14
Total	85



Ainda sobre o mês de março/2018, os benefícios foram concedidos para os servidores lotados nas seguintes secretarias:

Secretaria/Autarquia de Lotação	Quantidade de servidores que se afastaram
Educação	32
Saúde	28
SEMAE	7
Administração	3
Fazenda	3
Assistência Social	2
Cultura	2
Esporte e Lazer	2
Gabinete do Prefeito	2
Trânsito	2
Meio Ambiente	1
Obras	1
Total	85

Quanto a distribuição dos benefícios por doença, a classificação é a seguinte:

CID	Quantidade de servidores que se afastaram
S	19
F	13
C	9
M	9
I	5
N	5
G	4
K	4
O	4
E	3
R	3
D	2
H	2
J	1
T	1
Z	1
Total	85



MÊS DE ABRIL /2018

No mês de abril/2018, os benefícios foram concedidos para os servidores ocupantes dos seguintes cargos:

Cargo	Quantidade de servidores que se afastaram
PEB-1	20
Agente Administrativo	10
Auxiliar de Serviços Gerais	9
Técnico em Enfermagem	5
Auxiliar de Enfermagem	3
Coordenador Pedagógico	3
Inspetor de Alunos	3
Médico	3
Motorista	3
Técnico em Farmácia	3
Enfermeiro	2
Guarda Civil	2
Merendeiro	2
PEB-2	2
Outros	11
Total	81

Ainda sobre o mês de abril/2018, os benefícios foram concedidos para os servidores lotados nas seguintes secretarias:

Secretaria/Autarquia de Lotação	Quantidade de servidores que se afastaram
Educação	34
Saúde	29
Administração	3
SEMAE	3
Assistência Social	2
Cultura	2
Fazenda	2
Gabinete do Prefeito	2
Trânsito	2
Esporte e Lazer	1
Meio Ambiente	1
Total	81



Quanto a distribuição dos benefícios por doença, a classificação é a seguinte:

CID	Quantidade de servidores que se afastaram
S	15
F	12
I	9
M	9
C	7
R	5
H	4
K	4
O	4
G	3
J	3
N	3
E	1
T	1
Z	1
Total	81

MÊS DE MAIO/2018

No mês de maio/2018, os benefícios foram concedidos para os servidores ocupantes dos seguintes cargos:

Cargo	Quantidade de servidores que se afastaram
PEB-1	23
Agente Administrativo	8
Técnico em Enfermagem	6
Inspetor de Alunos	5
Auxiliar de Serviços Gerais	4
Enfermeiro	4
Médico	4
Auxiliar de Enfermagem	2
Coordenador Pedagógico	2
Diretor de Escola	2
Motorista	2
Outros	16
Total	78



Ainda sobre o mês de maio/2018, os benefícios foram concedidos para os servidores lotados nas seguintes secretarias:

Secretaria/Autarquia de Lotação	Quantidade de servidores que se afastaram
Educação	39
Saúde	28
Gabinete do Prefeito	3
Administração	2
Cultura	1
Esporte e Lazer	1
Meio Ambiente	1
PGM	1
SEMAE	1
Trânsito	1
Total	78

Quanto a distribuição dos benefícios por doença, a classificação é a seguinte:

CID	Quantidade de servidores que se afastaram
F	15
S	13
I	10
N	6
C	5
R	5
G	4
E	3
H	3
K	3
O	3
J	2
M	2
T	2
D	1
Z	1
Total	78



MÊS DE JUNHO/2018

No mês de junho/2018, os benefícios foram concedidos para os servidores ocupantes dos seguintes cargos:

Cargo	Quantidade de servidores que se afastaram
PEB-1	21
Outros	15
Agente Administrativo	11
Médico	6
Auxiliar de Serviços Gerais	5
Enfermeiro	3
Inspetor de Alunos	3
Motorista	3
Técnico em Enfermagem	3
Coordenador Pedagógico	2
Guarda Civil	2
Total	74

Ainda sobre o mês de junho/2018, os benefícios foram concedidos para os servidores lotados nas seguintes secretarias:

Secretaria/Autarquia de Lotação	Quantidade de servidores que se afastaram
Educação	35
Saúde	24
Administração	2
Gabinete do Prefeito	2
SEMAE	2
Trânsito	2
Assistência Social	1
Cultura	1
Esporte e Lazer	1
Fazenda	1
Meio Ambiente	1
PGM	1
Trabalho	1
Total	74

Quanto a distribuição dos benefícios por doença, a classificação é a seguinte:

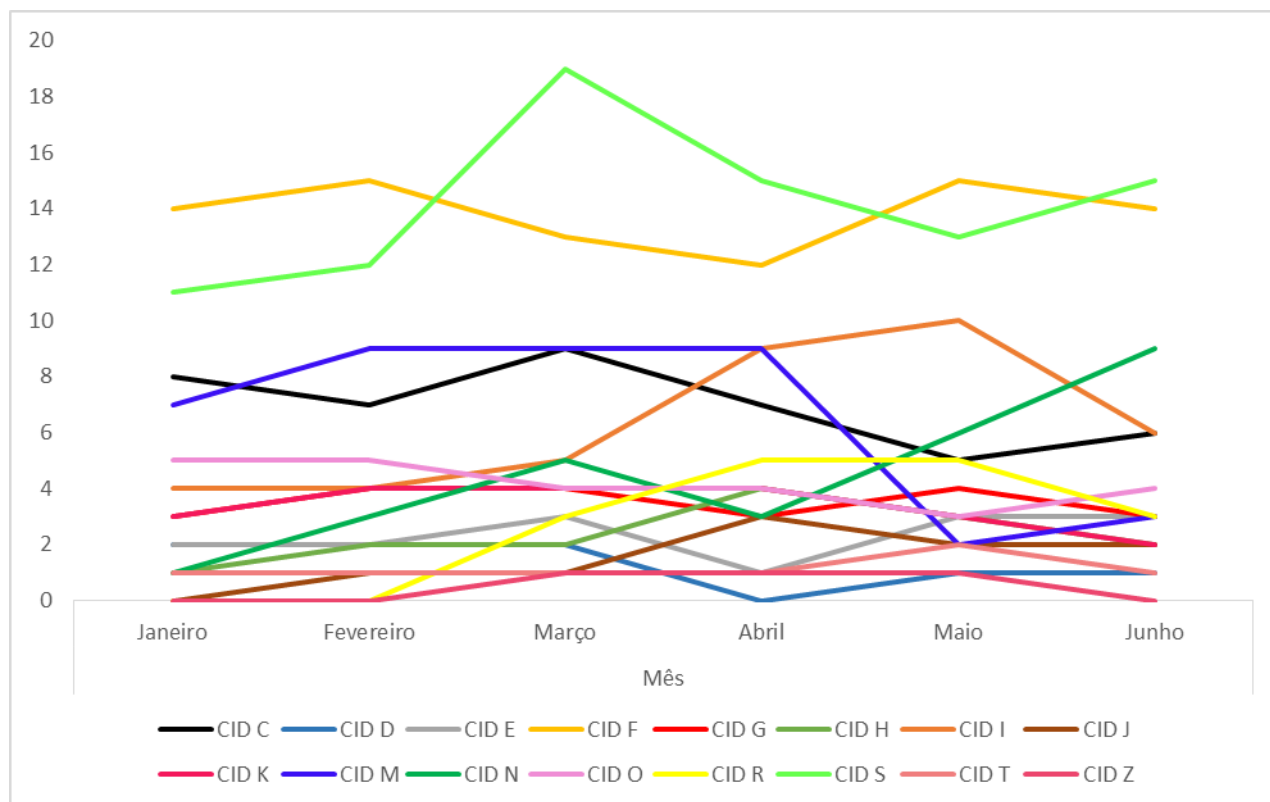
CID	Quantidade de servidores que se afastaram
S	15
F	14
N	9
C	6
I	6
O	4
E	3
G	3
M	3
R	3
H	2
J	2
K	2
D	1
T	1
Total	74

Para melhor análise dos dados apresentados, segue tutorial sobre correlação CID/doença:

CID	Doenças Relacionadas
A	Algumas doenças infecciosas e parasitárias
B	
C	Neoplasias (tumores)
D	Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários
E	Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas
F	Transtornos mentais e comportamentais
G	Doenças do sistema nervoso
H	Doenças do olho e anexos
	Doenças do ouvido e da apófise mastoide
I	Doenças do aparelho circulatório
J	Doenças do aparelho respiratório
K	Doenças do aparelho digestivo

L	Doenças da pele e do tecido subcutâneo
M	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo
N	Doenças do aparelho geniturinário
O	Gravidez, parto e puerpério
P	Algumas afecções originárias do período perinatal
Q	Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas.
R	Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte
V, W, X, Y	Causas externas de morbidade e de mortalidade
Z	Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde

EVOLUÇÃO DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS POR CID





ações adotadas pela gerência de perícias e acompanhamento técnico

Ação adotada	Data
Levantamento sobre as necessidades da gerência em termos de implementação de um programa de reabilitação profissional e saúde do trabalhador	Abril/2018
Elaboração de um relatório demonstrando os resultados do trabalho realizado pela equipe transdisciplinar	Abril/2018
Reunião com o Diretor Superintendente da autarquia para discussão da necessidade de implementação de ações voltadas a saúde do trabalhador	06/05/2018
Reunião com o Diretor Superintendente da autarquia, Coordenadora do Recursos Humanos e Chefe do SEESMT da Prefeitura Municipal para discussão da necessidade de implementação de ações voltadas a saúde do trabalhador	21/05/2018
Levantamento de possíveis ações Inter setoriais a serem desenvolvidas pela equipe transdisciplinar da autarquia em termos de programa de reabilitação profissional e saúde do trabalhador	Junho/2018
Reuniões para discussão de casos dos servidores da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal para reinserção no trabalho	25/05/2018 e 13/06/2018
Elaboração de um novo projeto voltado ao Programa de Preparação para a Aposentadoria	Abril/2018
Elaboração de cartilha educativa sobre aspectos relacionados ao envelhecimento e preparação para a aposentadoria	Junho/2018
Levantamento mensal dos casos dos servidores em auxílio-doença em estágio probatório	Mensal
Encaminhamento dos levantamentos mensais dos casos de servidores em auxílio-doença em estágio probatório para o Recursos Humanos e Chefe do SEESMT da Prefeitura Municipal	Mensal
Elaboração de artigo científico voltado para a identificação da redução dos custos destinados ao pagamento dos benefícios de auxílio-doença	Abril/2018
Publicação do artigo científico “A reinserção laboral de funcionários públicos após longo período de ausência por doença em regime próprio de previdência social brasileiro” na Revista Portuguesa de Saúde Ocupacional	06/05/2018
Publicação do artigo científico “Experiência de uma equipe transdisciplinar com servidores em afastamentos por auxílio-doença” na Revista Brasileira de Terapia Ocupacional	Junho/2018



DA CONCESSÃO DO SALÁRIO-MATERNIDADE

Na tabela abaixo, fazemos um resumo dos benefícios por maternidade registrados no semestre:

Benefício	Quantidade	Valor Médio dos Benefícios Concedidos
Salário-Maternidade Lei complementar 139/2001	54	R\$ 932.456,55

Na tabela abaixo comparamos a quantidade de benefícios de salário-maternidade concedidos desde 2015 com a quantidade de benefícios concedidos no primeiro semestre de 2018:

2015	2016	2017	1º - Semestre 2018
108	125	118	54



EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

Foi realizada avaliação atuarial no exercício em exame. A data-base do banco de dados utilizado é 30/12/2017.

Quanto à base de dados utilizada, a empresa que realizou a avaliação atuarial consignou que a inexistência ou inconsistência de informações apresentadas das informações cadastrais encaminhadas pelo Município não geraram efeito significativo no resultado da Avaliação atuarial, uma vez que tais inconsistências são em número muito baixo. As inconsistências e as respectivas hipóteses adotadas estão descritas no quadro abaixo:

Servidores ativos – Todos		
Limitações	Nº de casos	Hipótese adotada
Tempo de serviço anterior não informado	358	Ajustou-se o tempo de serviço anterior admitindo que o servidor ingressou no mercado de trabalho aos 24 anos de idade
Servidores casados sem a respectiva data de nascimento do cônjuge	8	Admitiu-se a diferença etária média apurada de data de nascimento de cônjuges.
Salário de valor superior a R\$ 10.000,00	278	Admitiu-se o dado original como correto
Dependente mais novo válido com idade superior a 21 anos	49	Excluir o dependente da base de dados
Dependente com idade superior a 21 anos	84	Excluir o dependente da base de dados

Servidores Aposentados		
Limitações	Nº de casos	Hipótese adotada
Dependente temporário com idade superior a 21 anos	10	Excluir o dependente da base de dados
Benefício com valor superior a R\$ 10.000,00	144	Manter o dado como correto

Pensionistas		
Limitações	Nº de casos	Hipótese adotada
Benefício inferior ao Salário mínimo	1	Manter o dado como correto
Benefício com valor superior a R\$ 10.000,00	6	Manter o dado como correto

Quanto à evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício, é importante frisar que o custo normal variou, quantitativamente, da seguinte forma:

CUSTO NORMAL	Avaliação Atuarial 2016	Avaliação Atuarial 2017	Avaliação Atuarial 2018
Aposentadorias com reversão ao dependente	20,65%	21,58%	19,30%
Invalidez com reversão ao dependente	1,96%	1,99%	2,04%
Pensão de ativos	4,24%	4,72%	4,17%
Auxílios	3,01%	2,66%	2,39%
CUSTO ANUAL LÍQUIDO NORMAL	29,86%	30,95%	27,90%
Administração do Plano	2,00%	2,00%	2,00%
CUSTO ANUAL NORMAL TOTAL	31,86%	32,95%	29,90%

Elaboração: CAIXA

Já uma análise quantitativa dos valores das reservas matemáticas e ativos do plano revelam a seguinte situação:



Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	Avaliação Atuarial 2016	Avaliação Atuarial 2017	Avaliação Atuarial 2018
(-) Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC)	R\$ 761.310.853,01	R\$ 871.372.489,08	R\$ 1.062.377.898,03
(-) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC)	R\$ 774.770.472,94	R\$ 882.158.512,97	R\$ 827.726.391,29
Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	R\$ 1.536.081.325,95	R\$ 1.753.531.002,05	R\$ 1.890.104.289,32
(+) Ativo Líquido do Plano	R\$ 289.592.966,78	R\$ 339.015.902,41	R\$ 564.940.042,06
Resultado: Déficit Técnico Atuarial	R\$ 1.246.488.359,17	R\$ 1.414.515.099,64	R\$ 1.325.164.247,26

Elaboração: CAIXA

Com base nas tabelas acima, é revelado o custo total para Manutenção do RPPS:

CUSTO	Avaliação Atuarial 2016	Avaliação Atuarial 2017	Avaliação Atuarial 2018
Custo Normal	31,86%	32,95%	29,90%
Custo Suplementar (Em 30 anos)	33,79%	35,36%	32,22%
Custo Total	65,65%	68,31%	62,12%

Elaboração: CAIXA

Dos dados dispostos nos quadros acima, podem ser feitas as seguintes análises qualitativas:

- Houve redução do número total de servidores ativos em de 5.020 para 4.828, sendo que a variação foi, na verdade, ainda maior, pois houve ainda 64 admissões. Esta variação no grupo de participantes impactou tanto no Custo Normal quanto na Reserva de Benefícios a Conceder, resultando em redução para ambos;
- Por outro lado, houve elevação do número de aposentados e pensionistas, elevando, com isso, a folha de benefícios e, conseqüentemente a Reserva de Benefícios Concedidos;
- Como o total de Reservas teve crescimento maior do que a elevação do patrimônio do plano, o déficit teve redução de R\$ 1.41 bilhões para 1.32 bilhões, reduzindo-se, por conseqüência, o custo suplementar de 35,36% para 32,22%.

A avaliação atuarial apurou que para o custeio do Plano de Benefícios é necessário que as contribuições dos servidores e do Governo Municipal somem 29,9% da folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos, sendo a do servidor de no mínimo 11%, conforme Lei Federal nº 10.887/2004.

Observou-se também que o Passivo Atuarial descoberto do Plano é de R\$ 1.325.164.247,26 e que, para financiá-lo em 30 anos, é necessário um acréscimo de 32,22%, perfazendo um Custo Total de 62,12% da folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Atualmente o Município possui o plano de equacionamento do Déficit Técnico Atuarial previsto na Lei Complementar nº 532, de 16 de março de 2017.

O montante correspondente ao Valor Presente da Contribuição Suplementar Futura deste Plano de Amortização é de R\$ 1.525.359.821,08, entretanto, como tal valor é superior ao valor das reservas a amortizar, foi alocado na conta “Outros Créditos - “Valor Atual das Contribuições Suplementares Futuras” o valor limitado ao déficit apurado de R\$ 1.325.164.247,26, que se trata de uma conta redutora de passivo.



Discriminação	Valores
(-) Reservas a Amortizar	(R\$ 1.325.164.247,26)
(+) Valor Atual das Contribuições Suplementares Futuras*	R\$ 1.325.164.247,26
Resultado : Equilíbrio Atuarial	R\$ 0,00

*Correspondente ao Valor Presente da Contribuição Suplementar futura instituído pela Lei Complementar nº532, de 16 de março de 2017. Trata-se de uma conta redutora de passivo no valor presente de R\$ 1.525.359.821,08 entretanto, como tal valor é superior ao valor das reservas a amortizar, foi alocado na conta "Outros Créditos - "Valor Atual das Contribuições Suplementares Futuras"" o valor limitado ao déficit apurado de R\$ 1.325.164.247,26.

Como podemos observar no quadro abaixo o Plano de Equacionamento vigente no Município de São José do Rio Preto é suficiente para sanar o Déficit Técnico Atuarial.

Assim, o atuário aponta que tanto o custeio normal quanto o suplementar são suficientes para a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social.

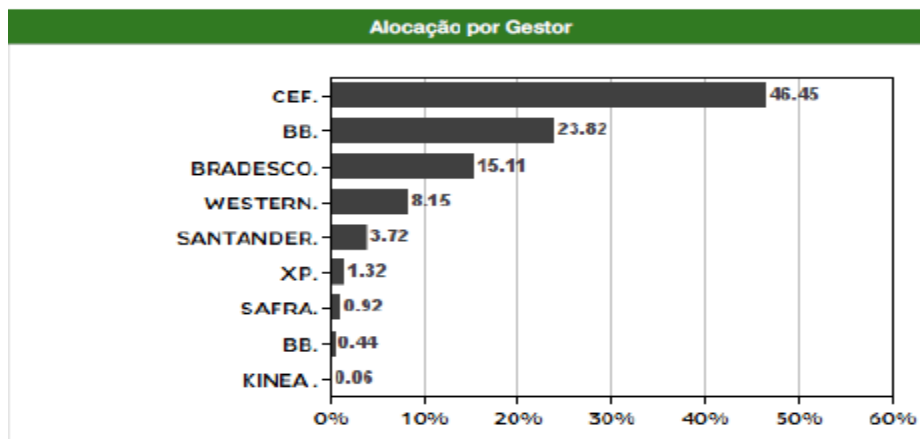
INVESTIMENTOS, BENS IMÓVEIS E DEMAIS DIREITOS

Em 30/06/2018 os o ativo do RPPS totalizava R\$ 559.504.117,87 que estão divididos entre aplicações em fundos de investimentos, direitos e Imóveis:

Tipo de Ativo	Valor – R\$
Carteira de Investimentos (ativo Circulante)	319.684.883,59
Imóveis (32 imóveis) (ativo não circulante)	83.833.296,75
Imobilizado (ativo não circulante)	173.012,24
Créditos e Valores a Longo Prazo (ativo não circulante)	155.709.275,24
Conta Movimento (ativo circulante)	35,80
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo (Ativo Circulante)	101.948,98
Poupança (Ativo Circulante)	1.665,27
Total	559.504.117,87

FUNDOS DE INVESTIMENTOS

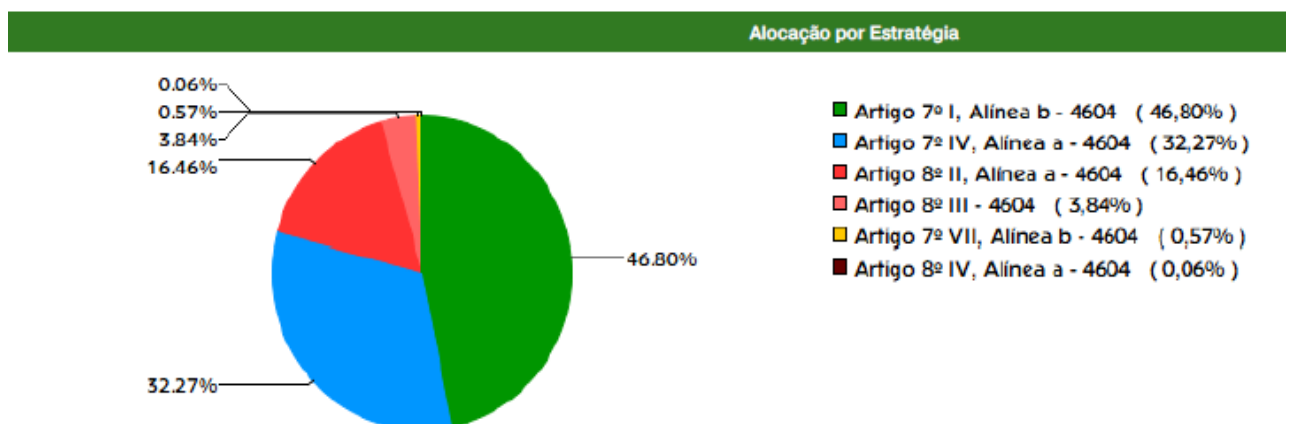
O valor aplicado em fundos de investimentos é de R\$ 319.684.883,59, alocados da nas seguintes instituições financeiras conforme a proporção a seguir:



ENQUADRAMENTOS NA RESOLUÇÃO Nº 3922/2010, 4392/2017 E POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

De acordo com o Relatório fornecido pela Consultoria em Investimentos da RIOPRETOPREV, os investimentos estão devidamente enquadrados conforme as normas federais e locais:

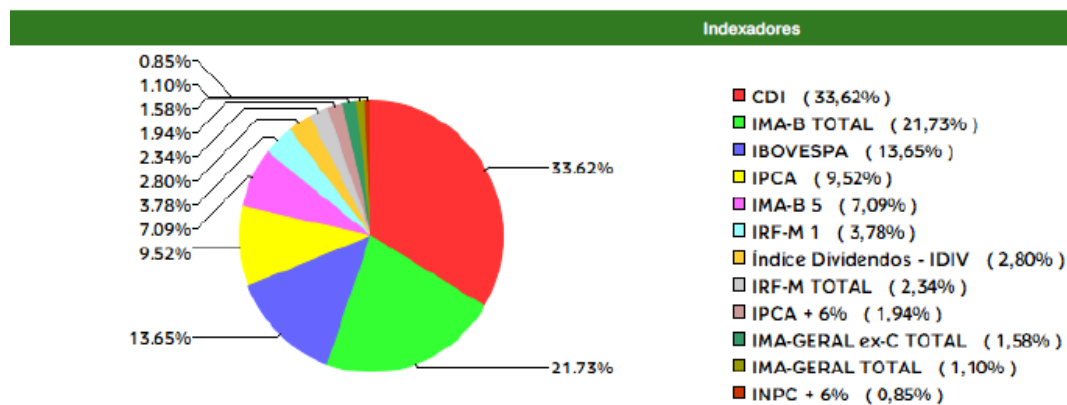
Enquadramento da Carteira					
Artigo	Classe	Valor(R\$)	% Carteira	Política Investimento	Limite Res. 3.922/10
Renda Fixa					
Artigo 7º I, Alínea b - 4604	Fundos 100% Títulos Públicos - Referenciado	149.622.814,12	46,80%	50,00%	100,00%
Artigo 7º IV, Alínea a - 4604	Fundos de Renda Fixa	103.146.956,40	32,27%	12,00%	40,00%
Artigo 7º VII, Alínea b - 4604	Fundos Renda Fixa "Crédito Privado"	1.811.653,99	0,57%	1,00%	5,00%
Total Renda Fixa		254.581.424,51	79,64%		
Renda Variável					
Artigo 8º II, Alínea a - 4604	Fundos de Ações	52.616.298,21	16,46%	18,00%	20,00%
Artigo 8º III - 4604	Fundos Multimercados	12.285.685,52	3,84%	4,00%	10,00%
Artigo 8º IV, Alínea a - 4604	Fundos de Participações	201.475,35	0,06%	1,00%	5,00%
Total Renda Variável		65.103.459,08	20,36%		



Rentabilidades por Artigo em Períodos Fechados (%)				
Estratégia	No Mês	No Ano	12 meses	24 meses
Artigo 7º I, Alínea b - 4604 % do CDI	0,41 79,6	2,81 88,6	-- --	-- --
Artigo 7º IV, Alínea a - 4604 % do CDI	0,14 27,8	1,80 56,6	-- --	-- --
Artigo 7º VII, Alínea b - 4604 % do CDI	0,12 23,2	2,27 71,5	-- --	-- --
Artigo 8º II, Alínea a - 4604 Var. IBOVESPA p.p	-4,58 0,6	-8,41 -3,7	-- --	-- --
Artigo 8º III - 4604 Var. IBOVESPA p.p	0,16 5,4	3,44 8,2	-- --	-- --
Artigo 8º IV, Alínea a - 4604 Var. IBOVESPA p.p	0,00 5,2	-6,32 7,6	-- --	-- --

DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR SUB-SEGMENTOS – BASE

Quanto a distribuição por administrador e por ativo financeiro, temos a seguinte composição:



DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

Quanto a distribuição por prazo para resgate dos recursos aplicados, temos a seguinte composição:

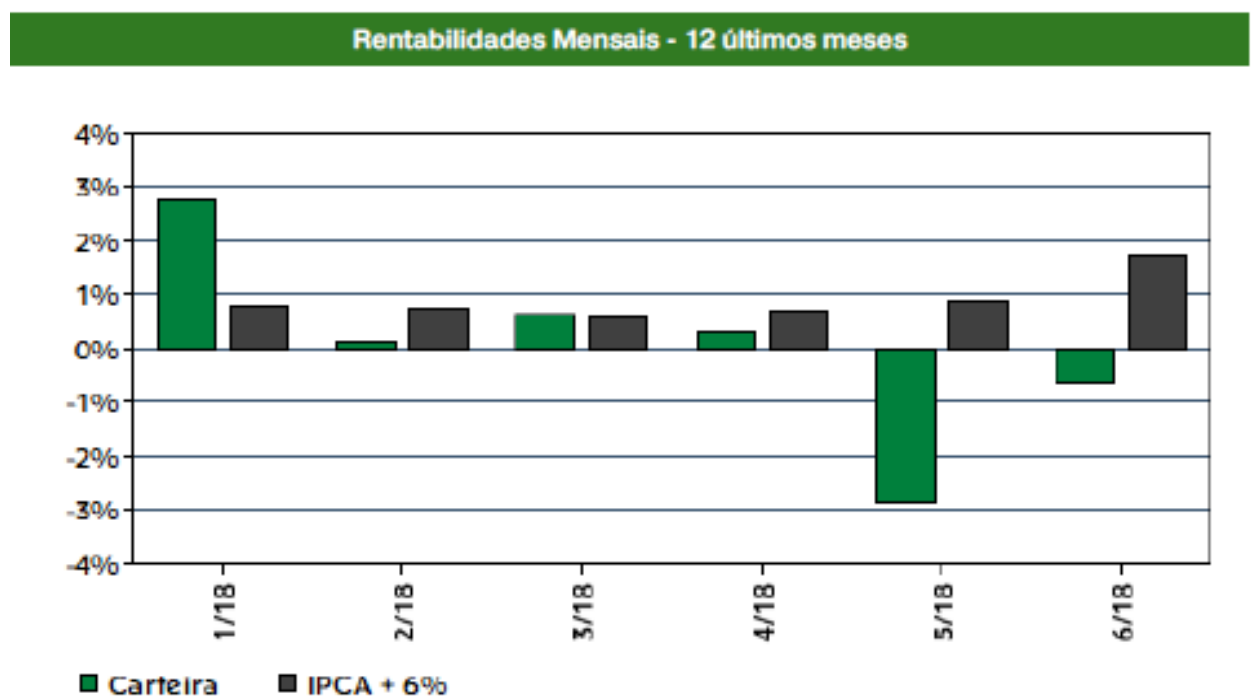
Análise da Disponibilidade Financeira				
Período	Valor (R\$)	(%)	Valor Acum. Bruto (R\$)	(%) Acum.
de 0 a 30 dias	267.169.781,44	84	267.169.781,44	84
de 31 a 364 dias	47.555.179,12	15	314.724.960,56	98
acima de 365 dias	4.959.923,03	2	319.684.883,59	100

RETORNO E META ATUARIAL ACUMULADOS NO ANO DE 2017

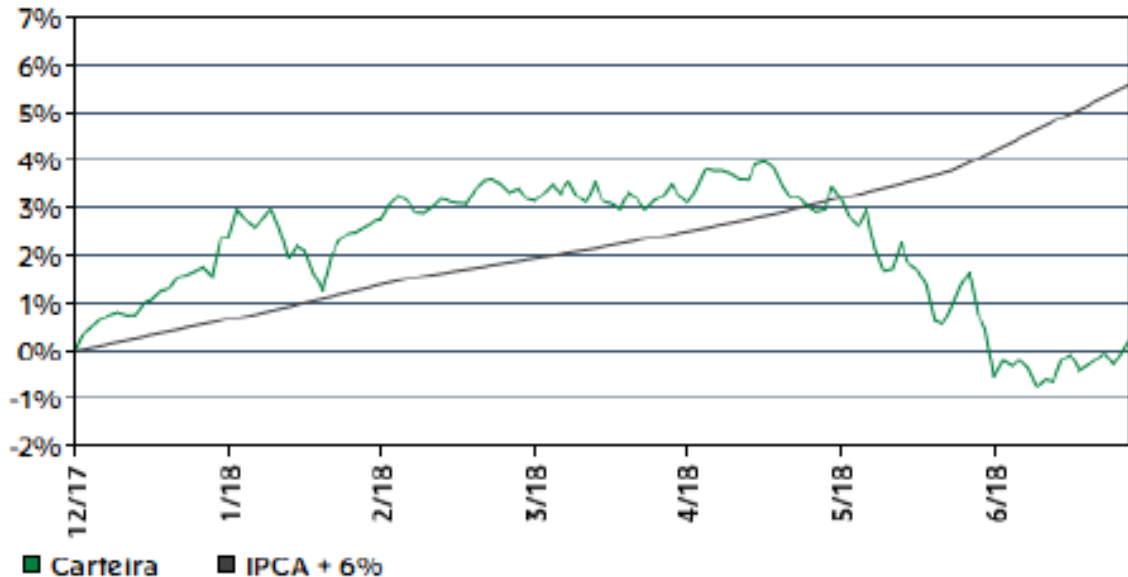
Em relação aos resultados alcançados, é importante destacar que os investimentos da entidade obtiveram 5,18% da meta atuarial estabelecida na política de investimentos:

Rentabilidades da Carteira													
Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent.Ano
2018	2,74	0,15	0,62	0,32	-2,83	-0,62	-	-	-	-	-	-	0,29
IPCA + 6%	0,80	0,74	0,58	0,71	0,89	1,75	-	-	-	-	-	-	5,59
p.p. Indx	1,93	0,99	0,04	0,39	-3,72	-2,37	-	-	-	-	-	-	-5,30

Quanto à análise do risco/retorno da carteira, é importante salientar



Evolução da Rentabilidade



SEGMENTO DE IMÓVEIS

No exercício de 2018 não foram realizadas incorporações de novos imóveis no patrimônio do RPPS. O valor total dos imóveis de propriedade do RPPS é de R\$ 83.833.296,75. Tais imóveis foram reavaliados no final de 2017 por comissão de servidores da Prefeitura Municipal. O laudo afirma que no exercício não houve valorização ou desvalorização em dos imóveis, conforme mencionado no quadro abaixo:

Tipo de Bem	Valor em 31/12/2017	Reavaliação no exercício	Valor Incorporado em 2017	Valor final 30/06/2018
IMÓVEIS	83.833.296,75	0,00	0,00	83.833.296,75

TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO RPPS.

Considerando os valores constantes da carteira de investimentos do RPPS, bem como os imóveis citados, concluímos que o total dos investimentos do RPPS é de R\$ 403.518.180,34.

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO

O valor de R\$ 155.709.275,24 refere-se a adiantamento pelo Município, de contribuições previdenciárias por alíquotas suplementares previstas na LC 396/2013 alterada pela LC 532/2017,



com a transferência de crédito a receber do IPESP-Proc.0037985-46.2008.8.26.0576-2ª Vara FP-SJRPRETO- LC 545/2017.

FLUXO FINANCEIRO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO.

A Diretoria da entidade realizou, a pedido do Comitê de Investimentos, um estudo breve, baseado na avaliação atuarial de 2018 (data base novembro/dezembro de 2017), do fluxo de receitas e despesas da entidade no período entre 2019 e 2045.

Os cálculos efetuados consideram todas as premissas utilizadas na avaliação atuarial de 2018, além das seguintes hipóteses:

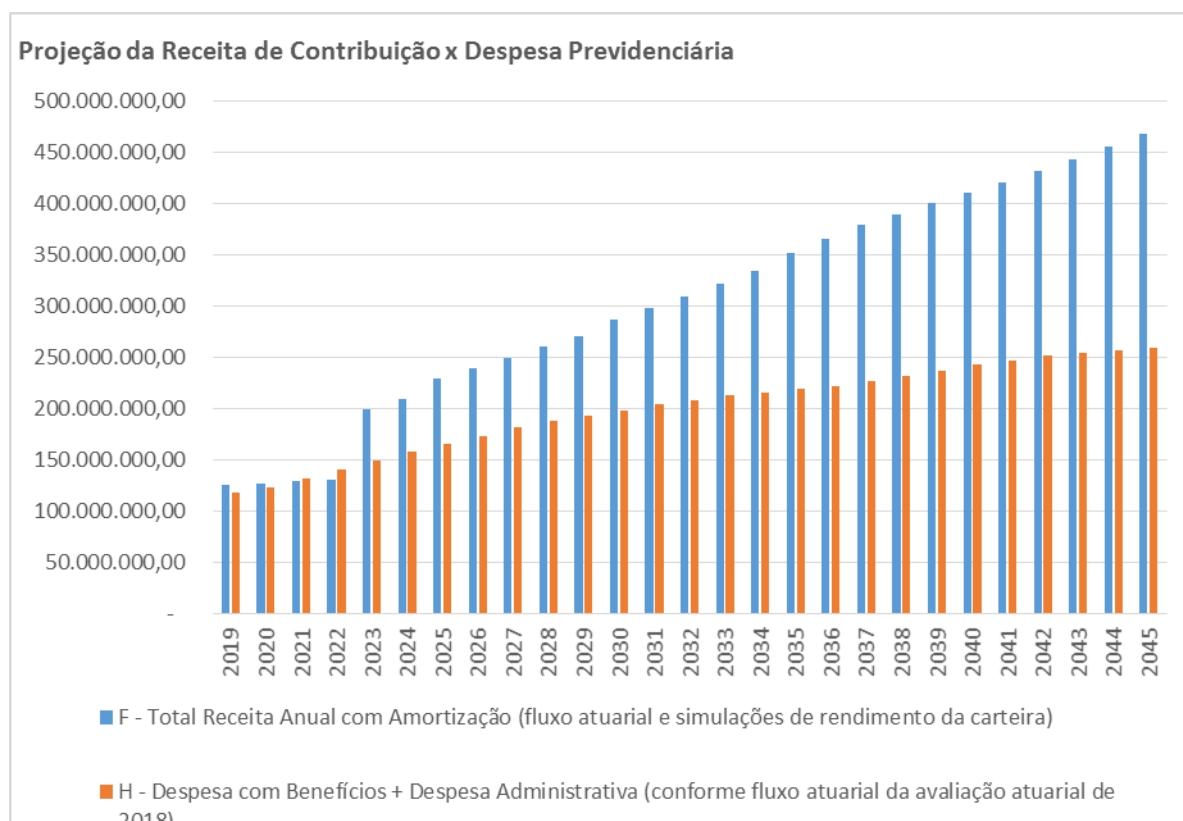
- a) A quantia referente ao direito decorrente da ação do IPESP será recebida em 2024. E até 2023, o recurso será corrigido por 6%;
- b) Os imóveis serão vendidos todos em 2029, sendo que até a venda não será considerada valorização dos bens.

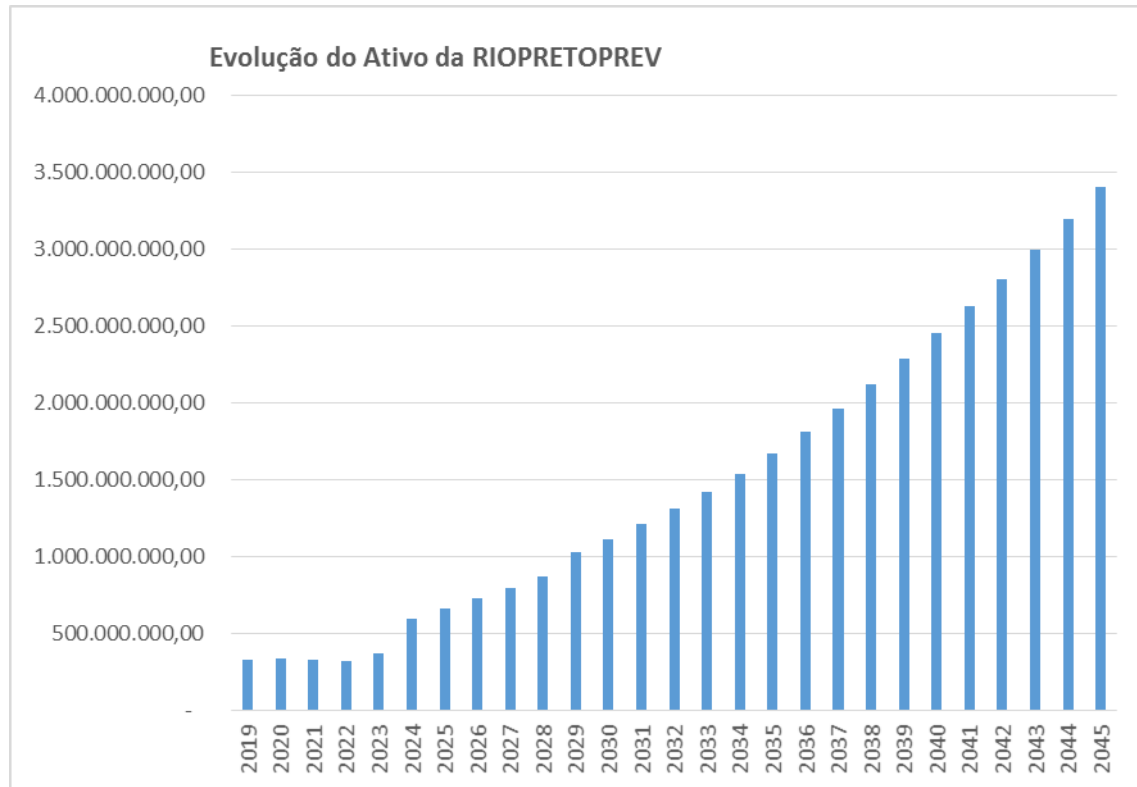
Nesse sentido, é esperado o seguinte fluxo financeiro:

Ano	Total Receita Anual com Amortização (fluxo atuarial e simulações de rendimento da carteira = receita de contribuição + COMPREV + amortização + rendimentos da carteira) – R\$	Despesa com Benefícios + Despesa Administrativa (conforme fluxo atuarial da avaliação atuarial de 2018) – R\$	Resultado Primário Anual com amortização (fluxo atuarial da avaliação atuarial de 2018 e simulação) – R\$	Total do Ativo do Plano com amortização – R\$
2019	125.181.484,25	118.049.801,43	7.131.682,82	571.892.017,88
2020	127.017.932,53	123.698.004,49	3.319.928,04	584.554.502,44
2021	128.996.119,51	131.497.464,22	-2.501.344,71	591.956.267,63
2022	130.583.636,26	140.246.036,81	-9.662.400,55	582.293.867,09
2023	199.027.801,96	148.815.990,64	50.211.811,32	632.505.678,41
2024	208.908.479,55	158.746.338,82	50.162.140,73	682.667.819,14
2025	228.948.172,70	165.815.653,16	63.132.519,54	745.800.338,68
2026	239.277.967,87	173.617.362,88	65.660.604,99	811.460.943,67
2027	249.597.349,58	181.322.347,38	68.275.002,20	879.735.945,86
2028	260.107.802,13	188.571.366,50	71.536.435,63	951.272.381,49
2029	270.478.123,93	193.242.881,02	77.235.242,91	1.028.507.624,40
2030	286.286.534,95	198.304.675,11	87.981.859,84	1.116.489.484,25
2031	297.745.583,87	204.211.395,57	93.534.188,30	1.210.023.672,55
2032	309.290.300,22	208.013.103,52	101.277.196,70	1.311.300.869,26

2033	321.444.757,99	212.902.488,76	108.542.269,23	1.419.843.138,48
2034	333.745.183,30	215.963.849,81	117.781.333,49	1.537.624.471,97
2035	351.682.288,34	219.685.695,52	131.996.592,82	1.669.621.064,79
2036	365.286.283,35	222.286.511,91	142.999.771,44	1.812.620.836,22
2037	379.722.544,62	226.295.851,50	153.426.693,12	1.966.047.529,35
2038	389.844.471,24	231.874.805,30	157.969.665,94	2.124.017.195,29
2039	399.984.454,93	237.392.373,35	162.592.081,58	2.286.609.276,87
2040	410.417.842,20	243.253.683,86	167.164.158,34	2.453.773.435,21
2041	420.966.091,20	246.907.961,09	174.058.130,11	2.627.831.565,32
2042	432.172.960,78	251.602.207,19	180.570.753,59	2.808.402.318,91
2043	443.466.193,35	254.131.529,50	189.334.663,85	2.997.736.982,76
2044	455.277.942,47	257.047.632,10	198.230.310,37	3.195.967.293,13
2045	467.671.642,82	259.725.712,51	207.945.930,31	3.403.913.223,44

Segue Representação Gráfica dos dados apresentados:





Foi realizada uma simulação de cenário no qual a contribuição suplementar, definida na Lei Complementar nº 396/2013 e alterações subsequentes, deixa de ser paga a partir de 2023. É uma situação absurda do ponto de vista legal, pois implicaria na não renovação do CRP e em outras trágicas consequências ao Ente Federativo

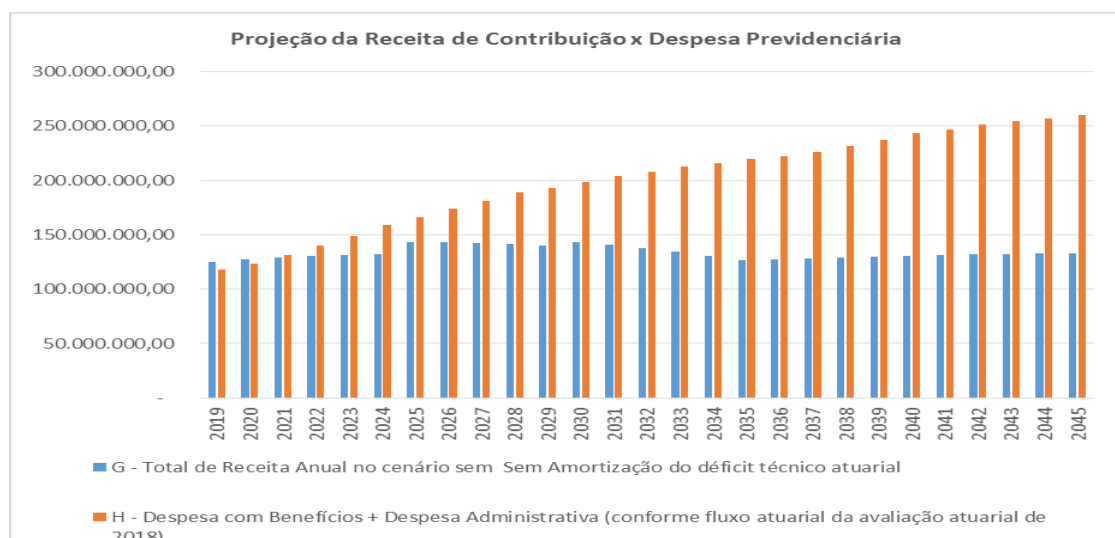
O fluxo financeiro nesse caso é o seguinte:

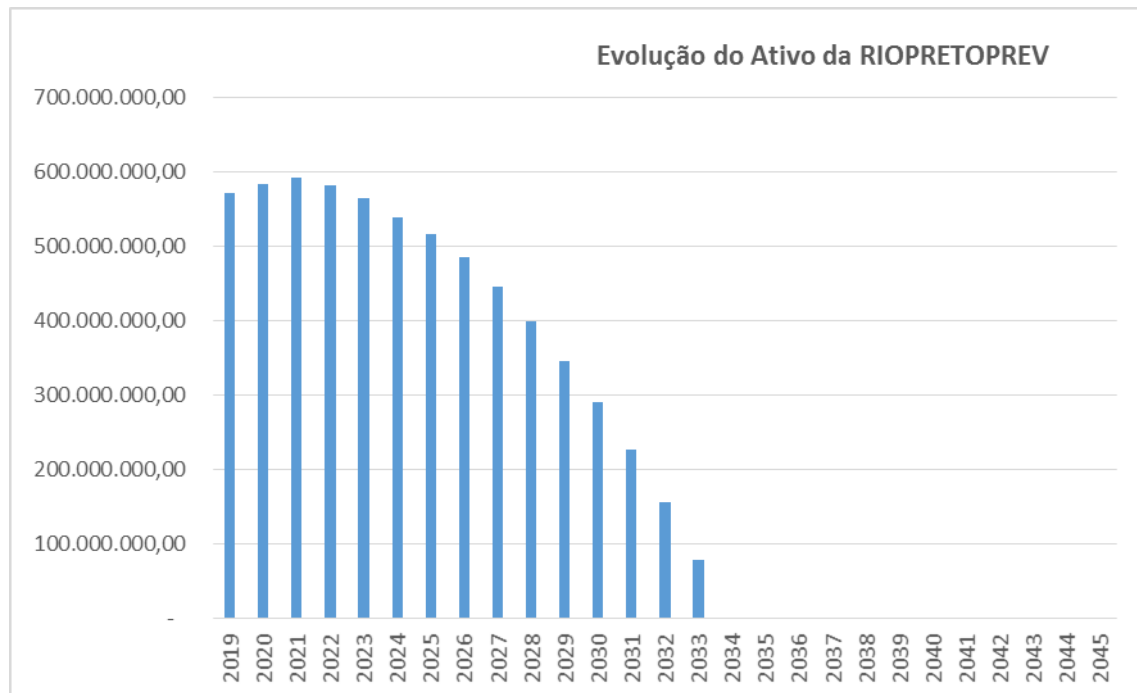
Ano	Total Receita Anual sem Amortização (fluxo atuarial e simulações de rendimento da carteira de receita de contribuição COMPREV + rendimentos da carteira)	Despesa com Benefícios + Despesa Administrativa (conforme fluxo atuarial de 2018)	Resultado Primário (fluxo atuarial da avaliação de 2018 e simulação)	Total do Ativo Sem amortização
2019	125.181.484,25	118.049.801,43	7.131.682,82	571.892.017,88
2020	127.017.932,53	123.698.004,49	3.319.928,04	584.554.502,44
2021	128.996.119,51	131.497.464,22	-2.501.344,71	591.956.267,63
2022	130.583.636,26	140.246.036,81	-9.662.400,55	582.293.867,09



2023	131.649.693,22	148.815.990,64	-17.166.297,42	565.127.569,67
2024	132.469.268,43	158.746.338,82	-26.277.070,39	538.850.499,27
2025	142.904.193,06	165.815.653,16	-22.911.460,10	515.939.039,17
2026	143.052.933,59	173.617.362,88	-30.564.429,29	485.374.609,88
2027	142.580.397,38	181.322.347,38	-38.741.950,00	446.632.659,88
2028	141.651.416,95	188.571.366,50	-46.919.949,55	399.712.710,33
2029	139.895.939,78	193.242.881,02	-53.346.941,24	346.365.769,09
2030	142.851.003,90	198.304.675,11	-55.453.671,21	290.912.097,88
2031	140.685.505,10	204.211.395,57	-63.525.890,47	227.386.207,41
2032	137.788.200,86	208.013.103,52	-70.224.902,66	157.161.304,75
2033	134.634.116,81	212.902.488,76	-78.268.371,95	78.892.932,80
2034	130.707.487,80	215.963.849,81	-85.256.362,01	-
2035	126.807.305,14	219.685.695,52	-92.878.390,38	-
2036	127.473.088,72	222.286.511,91	-94.813.423,19	-
2037	128.310.947,86	226.295.851,50	-97.984.903,64	-
2038	129.227.272,89	231.874.805,30	-102.647.532,41	-
2039	129.889.076,62	237.392.373,35	-107.503.296,73	-
2040	130.566.939,00	243.253.683,86	-112.686.744,86	-
2041	131.085.338,50	246.907.961,09	-115.822.622,59	-
2042	131.848.720,27	251.602.207,19	-119.753.486,92	-
2043	132.307.707,63	254.131.529,50	-121.823.821,87	-
2044	132.759.376,91	257.047.632,10	-124.288.255,19	-
2045	133.259.258,64	259.725.712,51	-126.466.453,87	-

A representação gráfica das informações tabeladas é a seguinte:





Portanto, ocorrendo essa hipótese, o recurso da entidade esgotaria em 2033.

PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS NO 2º TRIMESTRE DE 2018

CONSELHO FISCAL

Principais deliberações:

a) Reunião do dia 23/03/2018

- Os conselheiros deliberaram pelo envio de um ofício ao Prefeito Municipal solicitando que se dê andamento ao Projeto de Lei Complementar que transfere a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios previdenciários de auxílio-doença e salário-maternidade para a Prefeitura Municipal. Decidiram, por unanimidade, pela correção das demonstrações contábeis apresentadas, declarando aprovadas as contas do exercício de 2017, sem ressalvas. Em seguida, determinaram a expedição do Parecer;
- **Parecer do Conselho Fiscal:** Aprovação, sem ressalvas, das contas do exercício de 2017;

b) Reunião do dia 18/05/2018

- Os membros do colegiado aprovam por unanimidade a indicação realizada pelo Sindicato dos servidores, declarando que serão membros suplentes para o mandato de 2018-2020 deste conselho, para os indicados conforme disposto no inc. I do art. 112 da Lei Complementar nº 139/2001, com redação dada pela Lei Complementar nº 216/2005, os senhores Jurandir



Urbano e Eder Guilherme de Almeida. Foram aprovados os balancetes contábeis de janeiro, fevereiro, março e abril de 2018, bem como as informações sobre os investimentos;

c) Reunião do dia 28/06/2018

- Os membros elegem, por unanimidade, Maria Inês Spinelli Arantes como coordenadora do Conselho Fiscal. Aprovam o conteúdo dos balancetes do mês de maio de 2018, bem como as informações sobre investimentos;

DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

As atividades do Conselho Municipal de Previdência ocorreram normalmente e deliberou o seguinte:

DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE JANEIRO/2018:

Na(s) reunião(ões) realizada(s) no respectivo mês, foi definido:

a) Reunião Extraordinária do dia 19/01/2018

- Aprovação do projeto de lei complementar que estabelece a adequação das normas previdenciárias municipais;

b) Reunião Ordinária do dia 26/01/2018

- O colegiado aprovou, por unanimidade, as diretrizes-gerais para o ano de 2018; os membros apreciaram o conteúdo do balancete no mês de dezembro/2017 e do relatório do comitê de investimentos;

DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE FEVEREIRO/2018:

Na(s) reunião(ões) realizada(s) no respectivo mês, foi definido:

a) Reunião Ordinária do dia 23/02/2018

- Os conselheiros decidiram, por unanimidade, sugerir à superintendência a imediata abertura de Sindicância, conforme estabelecido no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para apurar o conteúdo das manifestações relativas ao Ofício 001/2018-RPP/CMP;

DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE MARÇO/2018:

Na(s) reunião(ões) realizada(s) no respectivo mês, foi definido:

a) Reunião Extraordinária do dia 20/03/2018



- Realização de reunião com o atuário da Caixa Econômica Federal para debater a avaliação atuarial de 2018;
- b) Reunião Ordinária do dia 23/03/2018**
- O colegiado aprovou, por unanimidade, o plano de custeio proposto na avaliação atuarial de 2018;
 - Também por unanimidade, se aprovou a realização de reunião extraordinária, com a presença do superintendente, para tratar do resultado da avaliação atuarial de 2018;
 - O conselho deliberou, por unanimidade, pela aprovação, sem ressalvas, das contas do exercício de 2017;
 - Deliberou que o projeto de Lei Complementar continuará a ser apreciado na reunião extraordinária;

DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE ABRIL/2018:

Na(s) reunião(ões) realizada(s) no respectivo mês, foi definido:

- a) Reunião Extraordinária do dia 10/04/2018**
- Foi debatido o resultado da avaliação atuarial de 2018, bem como foi apresentado o projeto de lei complementar que adequa e estrutura da RIOPRETOPREV às necessidades do programa Pró-gestão RPPS. Os conselheiros suspendem a discussão sobre o projeto para uma próxima reunião;
- b) Reunião Ordinária do dia 27/04/2018**
- Foi aprovado, por unanimidade, a proposta de LDO para o ano de 2019;
 - Também foi aprovado o projeto de lei complementar que adequa a estrutura administrativa da RIOPRETOPREV às necessidades do pró-gestão RPPS;

DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE MAIO/2018:

Na(s) reunião(ões) realizada(s) no respectivo mês, foi definido:

- a) Reunião Ordinária do dia 25/05/2018**
- Não houve deliberações importantes;

DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE JUNHO/2018:

Na(s) reunião(ões) realizada(s) no respectivo mês, foi definido:

- a) Reunião Ordinária do dia 29/06/2018**



- Foram eleitos para ocupar a presidência, vice-presidência e secretário do conselho, respectivamente: Emília Maria Martins de Toledo Leme, Wilclem de Lázari Araújo e Andréia Peres;

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

De acordo com o que estabelece a Portaria do MPS nº 519/2011, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão manter Comitê de Investimentos dos recursos dos seus respectivos RPPS.

O comitê atuará como órgão auxiliar no processo decisório quanto à execução da política de investimentos, cujas decisões serão registradas em Ata.

Compete ao ente federativo estabelecer em ato normativo, a estrutura, composição e funcionamento do Comitê de Investimentos, respeitada a exigência de que seus membros mantenham vínculo com o RPPS.

Atualmente, o Comitê de investimentos deste RPPS é normatizado pelo Decreto nº 16.524, de 23 de outubro de 2012, alterado pelo Decreto nº 16.692, de 26 de fevereiro de 2013, pelo Decreto nº 17.091, de 30 de maio de 2014, pelo Decreto nº 17.297, de 22 de abril de 2015 e pelo Artigo 9º da Lei Complementar nº 566 de 28 de junho de 2018.

O Comitê de investimento se reúne, ordinariamente, uma vez ao mês, conforme estabelecimento em seu regimento interno e extraordinariamente quando necessário.

DECISÕES DO COMITÊ NAS REUNIÕES DE JANEIRO/2018:

Na(s) reunião(ões) realizada(s) no respectivo mês, foi definido:

- b) Aprovação da Ata nº 43;
- c) Foi apreciado o panorama econômico do mês de dezembro/2017, a análise do enquadramento da carteira e da distribuição dos produtos de investimentos de acordo com a perspectiva macroeconômica. Também foram analisados os desempenhos de todos os fundos de investimentos e as movimentações realizadas no período;

DECISÕES DO COMITÊ NAS REUNIÕES DE FEVEREIRO/2018:

Na(s) reunião(ões) realizada(s) no respectivo mês, foi definido:

- a) Aprovação da Ata nº 44;
- b) Foi apreciado o panorama econômico do mês de janeiro/2018, a análise do enquadramento da carteira e da distribuição dos produtos de investimentos de acordo com a perspectiva macroeconômica. Também foram analisados os desempenhos de todos os fundos de investimentos e as movimentações realizadas no período;



DECISÕES DO COMITÊ NAS REUNIÕES DE MARÇO/2018:

Na(s) reunião(ões) realizada(s) no respectivo mês, foi definido:

- a) Aprovação da Ata nº 45;
- b) Foi apreciado o panorama econômico do mês de fevereiro/2018, a análise do enquadramento da carteira e da distribuição dos produtos de investimentos de acordo com a perspectiva macroeconômica. Também foram analisados os desempenhos de todos os fundos de investimentos e as movimentações realizadas no período;

DECISÕES DO COMITÊ NAS REUNIÕES DE ABRIL/2018:

Na(s) reunião(ões) realizada(s) no respectivo mês, foi definido:

- a) Aprovação da Ata nº 46;
- b) Foi apreciado o panorama econômico do mês de março/2018, o relatório “focus” do dia 29/03/2018, análise do enquadramento da carteira e da distribuição dos produtos de investimentos de acordo com a perspectiva macroeconômica. Também foram analisados os desempenhos de todos os fundos de investimentos e as movimentações realizadas no período;

DECISÕES DO COMITÊ NAS REUNIÕES DE MAIO/2018:

Na(s) reunião(ões) realizada(s) no respectivo mês, foi definido:

- a) Recebimento dos representantes do Banco Safra;
- b) Recebimento do representante da Western Asset;
- c) Aprovação da Ata nº 47;
- d) Foi apreciado o panorama econômico do mês de abril/2018, o relatório “focus”, análise do enquadramento da carteira e da distribuição dos produtos de investimentos de acordo com a perspectiva macroeconômica. Também foram analisados os desempenhos de todos os fundos de investimentos e as movimentações realizadas no período
- e) O Comitê, considerando os dados do cenário macroeconômico, decide, por unanimidade:
 - 1) Diminuir a exposição no vértice de logo prazo com:
 - a) Resgate total dos recursos investidos no fundo BRADESCO INSTTT. FIC FI RF IMA-B5+ atrelado ao índice IMA-B5+ e aplicação dos recursos no fundo WESTERN ASSET IMA-B 5 ATIVO FI RENDA FIXA.
 - b) Resgate total dos investimentos no fundo BB IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO e resgate parcial do recurso investido no fundo CAIXA NOVO BRASIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO IMA-B LP, no total de aproximadamente R\$ 10 milhões, para aporte no fundo BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO.



DECISÕES DO COMITÊ NAS REUNIÕES DE JUNHO/2018:

Na(s) reunião(ões) realizada(s) no respectivo mês, foi definido:

- a)** Foi aprovada a Ata nº 51;
- b)** O colegiado debate e aprova o mapeamento do processo decisório e executório de investimentos, bem como o das atividades relativas à realização das reuniões do comitê de investimentos. Determina o início da Manualização das atividades;
- c)** Foi analisado o cenário macroeconômico de 04/06/2018, a evolução do fluxo de caixa da RIORPETOPREV, o desempenho dos investimentos no mês de maio/2018;
- d)** Considerando os dados do cenário macroeconômico e os acontecimentos relacionados a greve dos caminhoneiros, que terão forte impacto na política fiscal do setor público, o Comitê decide, por unanimidade:

1) Diminuir ainda mais a exposição no vértice de longo prazo, com:

- 1.1) Resgate dos recursos totais investidos no fundo BRADESCO FI RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS 10.986.880/0001-70, atrelado ao índice de longo prazo IMA-B, com aplicação no fundo BRADESCO FI REFERENCIADO DI PREMIUM 03.399.411/0001-90, que já faz parte da carteira da entidade;
- 1.2) Resgate dos recursos totais investidos no fundo BRADESCO INSTITUCIONAL FIC FI RENDA FIXA IMA-B5+ 13.400.077/0001-09, atrelado ao índice de longo prazo IMA-B+, com aplicação no fundo WESTERN ASSET IMA-B5 ATIVO FI RENDA FIXA 17.517.577/0001-78;
- 1.3) Resgatar os recursos investidos nos fundos CAIXA NOVO BRASIL IMA-B RENDA FIXA LONGO PRAZO 10.646.895/0001-90, atrelado ao índice de longo prazo IMA-B, e do fundo CAIXA BRASIL IRF M1+ TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTOS RENDA FIXA LONGO PRAZO 10.577.519/0001-90 e a consequente aplicação dos recursos no FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL RENDA FIXA DI LONGO PRAZO;
- 1.4) Resgate total dos recursos investidos no fundo CAIXA BRASIL IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LONGO PRAZO, e a consequente aplicação dos recursos no CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RENDA FIXA, fundo este destinado a pagamento de despesas correntes;

e) O comitê decide, ainda, por unanimidade, fazer a otimização do segmento de renda variável, resgatando de fundos sem perspectivas e aplicando em fundos com perspectivas melhores, mas mantendo os recursos em renda variável, através das seguintes movimentações:

- 1) Resgate total dos valores aportados no fundo BB AÇÕES BB SEGURIDADE FIA 17.593.934/0001-87 e no fundo BB AÇÕES CIELO FI 10.869.628/0001-81, e consequente aplicação da totalidade dos recursos resgatados no fundo WESTERN ASSET FIA BDR NIVEL I 19.831.126/0001-36, que já faz parte da carteira da entidade



- 2) Resgate total dos valores aportados no fundo BB AÇÕES PIPE FIC 17.116.227/0001-08 e aplicação da totalidade dos recursos resgatados no fundo BB AÇÕES GLOBAIS FIC BDR NÍVEL I 22.632.237/0001-28;
- f) O comitê decidiu dar continuidade a otimização do segmento de renda variável, resgatando de fundos sem perspectivas e aplicando em fundos com perspectivas melhores, mas mantendo os recursos em renda variável, através da seguinte movimentação
- 1) Resgate total dos valores aportados no fundo CAIXA FI AÇÕES SMALL CAPS ATIVO 15.154.220/0001-47, e aplicação de aproximadamente (i) R\$ 15.000.000,00 no fundo FI CAIXA MULTIMERCADO RV 30 LONGO PRAZO 03.737.188/0001-43; (ii) e o restante no fundo FIA CAIXA INSTITUCIONAL BDR NIVEL I 17.502.937/0001-68;

ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

DOS ATOS DE GESTÃO DE PESSOAL

Em relação aos atos de gestão de pessoal, cumpre informar que, no período, não foram nomeados servidores aprovados em concurso público para ocupar cargo de provimento efetivo.

Abaixo, estão discriminadas as portarias produzidas no 1º Semestre de 2018:

Portaria:	Descrição
279/2018	Designa o servidor WILCLEM DE LAZARI ARAUJO, titular de cargo efetivo de Advogado, para exercer a atividade especial de PRESIDENTE da Comissão de Licitações da RIOPRETOPREV e os servidores BRUNO SANTANA e ROBERTO CARLOS MENONI JUNIOR, nas funções de MEMBROS, com fulcro no § 1º, do art. 11 da Lei Complementar nº 382/13, fazendo jus à retribuição remuneratória correspondente, retroagindo os efeitos desta a 01 de janeiro de 2018
280/2018	DESIGNA, a servidora ADRIANA SANCHEZ DE BRITTO, para exercer a Função de Chefe da Seção de Serviços de Apoio Geral, da Coordenadoria Administrativa desta Autarquia, criada pelo art. 3, da Lei Complementar 382/2013, fazendo jus a retribuição remuneratória correspondente, retroagindo os efeitos desta a 01 de janeiro de 2018.
281/2018	É DESIGNADO a servidora ADRIANA SANCHES DE BRITTO para substituir o servidor Vagner Augusto Takahashi Arakawa, para ocupar a função de Chefe da Seção de Perícias e Acompanhamento Técnico, da Coordenadoria de Gestão de Benefícios, de 03/01/2018 à 12/01/2018, período em que o servidor estará em gozo de férias, nos termos do artigo 68 da Lei Complementar nº 05/1990
282/2018	É DESIGNADO o servidor FABIANO HERNANDES DE ASSIS para substituir o servidor Willian dos Santos Lima, para ocupar a função de Chefe da Seção da Gestão de Cadastro e Sistemas de Informação, da Coordenadoria Administrativa, de 23/01/2018 à 01/02/2018, período em que o servidor estará em gozo de férias, nos termos do artigo 68 da Lei Complementar nº 05/1990.
283/2018	É DESIGNADO o servidor HÉLIO ANTUNES RODRIGUES para substituir o servidor Rubem Severian Loureiro, na função de Chefe da Coordenadoria da Gestão de Custeio e Investimento, a partir de 19/02/2018, período em que o servidor estará



	em gozo de férias, nos termos do artigo 68 da Lei Complementar nº 05/1990
284/2018	Ficam autorizados a receber adiantamentos para cobertura de despesas emergenciais de pronto pagamento e de pequeno porte, nos termos da Lei Municipal nº 8.839, de 23 de dezembro de 2002, objetivando melhor desempenho nas atividades do dia a dia da Autarquia, os seguintes servidores: a) LUDMILA ANDRADE SERNAGIOTTO DE SOUZA, Coordenadora Administrativa; b) MÁRIO JOSÉ PICARELLI DE CASTRO, Agente Administrativo, Chefe da Seção de Pagamento de Benefícios Previdenciários; c) WILCLEM DE LAZARI ARAUJO, Advogado, Presidente da Comissão Permanente de Licitações.
285/2018	DESIGNA os servidores HÉLIO ANTUNES RODRIGUES, ROBERTO CARLOS MENONI JUNIOR e MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO, sob a presidência do primeiro, para constituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, para apuração dos fatos indicados no Ofício nº 0002/2018-RPP/CMP.
286/2018	É DESIGNADO o servidor MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO para substituir a servidora Ludmila Andrade Sernagiotto de Souza, para ocupar o cargo em Comissão – COORDENADOR ADMINISTRATIVO, a partir de 20/03/2018, período em que a servidora estará em gozo de férias, nos termos do artigo 68 da Lei Complementar nº 05/1990.
287/2018	É DESIGNADO o servidor WILCLEM DE LAZARI ARAUJO para substituir o assessor RODOLFO LUIZ TADDEI BARBOSA, para ocupar o cargo em Comissão – ASSESSOR TÉCNICO, a partir de 13/03/2018, período em que o assessor estará em gozo de férias, nos termos do artigo 68 da Lei Complementar nº 05/1990.
288/2018	Prorrogar o prazo, por mais 30 (trinta) dias, para conclusão dos trabalhos da Portaria nº 285/2018, de 28 de fevereiro de 2018, para apuração dos fatos apontados na solicitação de sindicância do Conselho Municipal de Previdência (Ofício nº 002/2018 – RPP/CMP).
289/2018	É DESIGNADO a servidora ADRIANA SANCHEZ DE BRITTO para substituir o servidor Vagner Augusto Takahashi Arakawa, para ocupar a função de Chefe da Seção de Perícias e Acompanhamento Técnico, da Coordenadoria de Gestão de Benefícios, a partir de 02/04/18, durante o período de licença saúde, nos termos do artigo 68 da Lei Complementar nº 05/1990.
290/2018	É DESIGNADA a servidora ADRIANA SANCHEZ DE BRITTO para substituir a servidora Izabel Cristina Pires Borelli, na função de Chefe da Seção de Análise e Concessão, da Coordenadoria da Gestão de Benefícios, dos dias 11/04/2018 a 20/04/2018, período em que a servidora estará em gozo de férias, nos termos do artigo 68 da Lei Complementar nº 05/1990.
291/2018	É DESIGNADO o servidor WILCLEM DE LAZARI ARAUJO para substituir o assessor RODOLFO LUIZ TADDEI BARBOSA, para ocupar o cargo em Comissão – ASSESSOR TÉCNICO, de 12/04/2018 a 19/04/18, período em que o assessor estará em gozo de férias, nos termos do artigo 68 da Lei Complementar nº 05/1990.
292/2018	CONCEDE prêmio por assiduidade, conforme Lei Complementar n.º 05/90, artigo 119, com nova redação dada pela Lei Complementar n.º 147 de 14/05/2002 e nos termos do Decreto nº 16.868 de 30 de agosto de 2013 ao servidor WILCLEM DE LAZARI ARAUJO, advogado deste Regime Próprio de Previdência, referente ao



	período aquisitivo de 18/10/2010 a 17/04/2017, e que deverá ser usufruído dentro do período concessivo de 18/03/2018 à 17/04/2022, para ser gozado da seguinte forma: 30 (trinta) dias em pecúnia e 30 (trinta) dias em gozo oportuno.
293/2018	É DESIGNADA a servidora IZABEL CRISTINA PIRES BORELLI para substituir o servidor Rafael Henrique Lopes Pereira, para ocupar o cargo em Comissão – COORDENADOR DE GESTÃO DE BENEFÍCIOS, do dia 07/05/18 a 26/05/18, período em que o servidor estará em gozo de Licença Prêmio, nos termos do artigo 68 da Lei Complementar nº 05/1990, com redação dada pela Lei Complementar nº 346/2011.
294/2018	É DESIGNADO o servidor MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO para substituir a servidora Ludmila Andrade Sernagiotto de Souza, para ocupar o cargo em Comissão – COORDENADOR ADMINISTRATIVO, a partir de 11/05/2018, período em que a servidora estará em gozo de licença prêmio, nos termos do artigo 68 da Lei Complementar nº 05/1990.
295/2018	É DESIGNADO o servidor ROBERTO CARLOS MENONI JUNIOR para substituir a servidora Vanessa Lago Martins, para ocupar a função de chefe da Seção da Gestão do Fluxo Financeiro, de 21/05/2018 a 30/05/2018, período em que a servidora estará em gozo de férias, nos termos do artigo 68 da Lei Complementar nº 05/1990.
296/2018	DESIGNA o servidor BRUNO SANTANA COSTA para desempenhar as funções de Gestor de Recurso deste Regime de Previdência, nos termos do art. 2º da Portaria nº 155 do Ministério da Previdência Social, datada de 15 de maio de 2008, e na sua ausência fica designado o servidor MÁRIO JOSE PICCARELLI DE CASTRO.
297/2018	É DESIGNADO o servidor MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO para substituir o servidor Adriano Antônio Pazianoto, para ocupar o cargo em Comissão – ASSESSOR EXECUTIVO DOS CONSELHOS, do dia 27/06/18 a 08/07/18, período em que o servidor estará em gozo de saldo de férias, nos termos do artigo 68 da Lei Complementar nº 05/1990, com redação dada pela Lei Complementar nº 346/2011.
298/2018	Fica declarada a VACÂNCIA do cargo de Agente Previdenciário, criado por meio da Lei Complementar Municipal nº 382, de 18 de abril de 2013, de natureza estatutária, nível médio, ocupado pelo servidor ROBERTO CARLOS MENONI JÚNIOR, portador do RG nº 46.896.973-1 SSP/SP, e CPF nº 423.701.458-46, nomeado pela Portaria 154, em 12 de março de 2014, por motivo de posse em outro Cargo Público Inacumulável, nos termos dos artigos 72 e 73 da Lei Complementar nº 05/1990, com efeitos a partir de 02 de julho de 2018.

DAS COMPRAS, LICITAÇÕES E DOS CONTRATOS

DAS LICITAÇÕES/CERTAMES REALIZADOS NO 1º SEMESTRE DE 2018

Seguem discriminados abaixo os processos licitatórios no 1º Semestre de 2018:



Proc. Adm.	Modalidade	Objeto	Contratado	Data	Valor global – R\$
01/2018	PREGÃO PRESENCIAL	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA CONTÁBIL INDEPENDENTE, COMPREENDENDO AS ATIVIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I.	MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTE S – EPP	19/02/2018	8.500,00
02/2018	COTAÇÃO/ DISPENSA	COOPERAÇÃO RECÍPROCA ENTRE AS PARTES, VISANDO AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PARA PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO, DE ACORDO COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 203, INCISO III E ART. 214, INCISO IV), POR MEIO DA OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES.	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE	01/02/2018	7.680,00
03/2018	COTAÇÃO/ DISPENSA	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO.	PAPELARIA PAULISTA SOUZA & FURLANETO RIO PRETO LTDA - EPP	10/01/2018	6.480,30
04/2018	COTAÇÃO/ DISPENSA	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA	CHAMA RIO PRETO LTDA - ME	10/01/2018	1.816,01
05/2018	INEXIGIBILIDADE	AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA.	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	02/01/2018	24.000,00
06/2018	COTAÇÃO/ DISPENSA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA E SAÚDE OCUPACIONAL.	AUSTA OCUPACIONAL E MEDICINA DO TRABALHO LTDA.	02/04/2018	1.661,04



07/2018	COTAÇÃO/ DISPENSA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA PARA A SEDE DA AUTARQUIA.	TELEFONICA BRASIL S/A.	15/03/2018	6.795,48
08/2018	COTAÇÃO/ DISPENSA	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DUAS ENCADERNAÇÕES DOS LIVROS DE ATOS CONCESSÓRIOS.	ENCADERNAÇÃO REQUINTE LTDA.	26/01/2018	100,00
09/2018	COTAÇÃO/ DISPENSA	AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) PURIFICADORES DE ÁGUA.	EMG RIO PRETO LTDA - ME	28/03/2018	3.400,00
10/2018	COTAÇÃO/ DISPENSA	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA DA SEDE DA RIOPRETOPREV.	RENATA DE CARVALHO NUNES – ME	01/02/2018	600,00
11/2018	COTAÇÃO/ DISPENSA	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ENCANAMENTO PARA A INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ÁGUA PARA FUTURA INSTALAÇÃO DE PURIFICADOR DE ÁGUA.	WELLINGTON LUIS RIBEIRO – ME	06/03/2018	720,00
12/2018	COTAÇÃO/ DISPENSA	CONTRATAÇÃO DO SEGURO PREDIAL DA SEDE DA RIOPRETOPREV.	H J NOGUEIRA ADMINISTRAÇÃO E CORRETAGEM DE SEGUROS EIRELI	14/03/2018	2.125,45
13/2018	COTAÇÃO/ DISPENSA	AQUISIÇÃO DE FONTE DE ENERGIA PARA MICROCOMPUTADOR.	PLAYMIDIA TECNOLOGIA LTDA.	06/03/2018	495,00
14/2018	COTAÇÃO/ DISPENSA	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE INSULFILM (PELÍCULAS DE PROTEÇÃO SOLAR E DE SEGURANÇA) NOS VIDROS DE JANELAS E SACADA DO 2ª ANDAR DA SEDE DA AUTARQUIA.	NOVA REALFILM COMERCIO DE ACESSÓRIOS LTDA.	09/05/2018	1.344,00
15/2018	COTAÇÃO/ DISPENSA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTORIA EM	LDB CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA. EPP.	17/05/2018	7.800,00



		INVESTIMENTOS.			
16/2018	COTAÇÃO/ DISPENSA	AQUISIÇÃO DE UM APARELHO ELETRODOMÉSTICO DE MICRO-ONDAS DE ALIMENTOS PARA A SEDE DA AUTARQUIA.	MAGAZINE LUIZA S/A	04/06/2018	399,00
17/2018	COTAÇÃO/ DISPENSA	AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS (FLORIANÓPOLIS/SC)	MARTINS & HERNANDES AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME (SOU VIAGENS E TURISMO)	30/05/2018	2.551,95
18/2018	PREGÃO PRESENCIAL (SUSPENSO POR ORDEM JUDICIAL)	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA E CONDUÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, CONFORME DESCRIÇÃO NO PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS.	-----	----	-----

CONTRATOS ADITADOS NO ANO DE 2018

Seguem, na tabela abaixo, os contratos aditados 1º Semestre de 2018:

PROC. ADM.	MODALIDADE	OBJETO	CONTRATADO	DATA	VALOR GLOBAL – R\$
09/2017	COTAÇÃO/DISPENSA 03/2017 (PRIMEIRO ADITIVO)	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CONTÍNUOS ESPECIALIZADOS EM FORNECIMENTO DE SISTEMA DE ASSINATURA E RECORTE ELETRÔNICOS DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS, COM COBERTURA DE SEGURO (RECORTES DE INTIMAÇÕES	GRIFON BRASIL ASSESSORIA LTDA. EPP.	27/04/2018	3.000,00



		ELETRÔNICAS).			
19/2014	COTAÇÃO/DISPENSA 03/2014 (QUARTO ADITIVO)	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS EQUIPAMENTOS.	QUÂNTICA TECNOLOGIA LTDA – EPP.	30/05/2018	1.032,00
12/2015	INEXIGIBILIDADE 05/2015, 06/2015, 07/2015 E 08/2015 (TERCEIRO ADITIVO)	CRENCIAMENTO DE MÉDICOS PERITOS.	JOSÉ EDUARDO NOGUEIRA FORNI, JOSÉ ROBERTO BENITES VENDRAME, MÁRCIO LUIZ LOPES MARTELLI E NAZIR TARRAF.	13/06/2018	95,00 OU 110,00 POR PERÍCIA

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

No ano 1º Semestre de 2018 foram publicadas novas leis e normas relativas ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto:

- **Lei Complementar nº 566, de 28 de junho de 2018** – Altera dispositivos das Leis Complementares Municipais nº 139, de 29 de dezembro de 2001, e nº 382, de 18 de abril de 2013, e dá outras providências.
- **Instrução Normativa n.º 48, 23/02/2018** – Trata das perícias de reavaliação anual de aposentados por invalidez e pensionistas inválidos da RIOPRETOPREV
- **Instrução Normativa n.º 49, 16/04/2018** – Aprova a Manualização e o Fluxograma do procedimento administrativo de concessão do benefício previdenciário de aposentadoria.
- **Instrução Normativa n.º 50, 16/04/2018** – Aprova a Manualização e o Fluxograma do procedimento administrativo de concessão do benefício previdenciário pensão por morte;



- **Instrução Normativa n.º 51, 16/04/2018** – Aprova a Manualização e o Fluxograma do procedimento administrativo de verificação dos requisitos para que o Ente Federativo conceda o abono de permanência aos seus servidores;
- **Instrução Normativa n.º 52, 16/04/2018** – Aprova a Manualização e o Fluxograma do procedimento administrativo de gestão da folha de pagamento dos benefícios temporários.
- **Instrução Normativa n.º 53, 16/04/2018** – Aprova a Manualização e o Fluxograma dos procedimentos administrativos da área financeira.
- **Instrução Normativa n.º 54, 16/04/2018** – Institui a Política de Alçada Decisória do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto.
- **Instrução Normativa n.º 55, 19/04/2018** – Regulamenta as regras do vale-alimentação e de seu crédito bônus previsto na LC 554/18 no âmbito da RIOPRETOPREV. Instrução Normativa n.º 56, 19/05/2018 – Altera o art. 1º da Instrução Normativa n.º 11, de 16 de abril de 2011.

CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS

No 1º Semestre de 2018, a assessoria técnica da entidade, que tem a competência de representar a entidade perante o judiciário, contou com o seguinte quadro de pessoal:

Servidor	OAB	Cargo
Wilclem de Lázari Araujo	OAB/SP 333.181	Advogado
Bruno Santana Costa	OAB/SP 278.637	Advogado

Principais dados estatísticos do 1º Semestre de 2018:

Tipo de Ação/Atividade	Quantidade
Pareceres Jurídicos	200
Ofícios Expedidos	64
Novos Processos Judiciais	37
Processos Judiciais em andamento	216

MAPA ORÇAMENTÁRIO DE PRECATÓRIOS REFERENTE AO ANO DE 2018

Ordem	Processo	Tipo	Data do Recebimento	Valor – R\$
01/2018	0021209-87.2017.8.26.0500	Alimentar	03/04/2017	87.409,06
02/2018	0028028-40.2017.8.26.0500	Alimentar	18/04/2017	92.385,30
03/2018	0031475-36.2017.8.26.0500	Alimentar	24/04/2017	154.824,71
04/2018	0034641-76.2017.8.26.0500	Alimentar	04/05/2017	147.027,34
Total				481.646,41



MAPA ORÇAMENTÁRIO DE PRECATÓRIOS REFERENTE AO ANO DE 2019

Ordem	Processo	Tipo	Data do Recebimento	Valor – R\$
01/2019	0063105-52.2012.8.26.0576	Alimentar	15/08/2017	167.358,61
02/2019	0006251-14.2007.8.26.0576	Alimentar	31/10/2017	226.300,34
03/2019	1026136-16.2015.8.26.0576	Alimentar	14/11/2017	26.086,53
04/2019	0022659-31.2017.8.26.0576	Alimentar	02/05/2018	35.183,47
05/2019	0003017-38.2018.8.26.0576	Alimentar	02/05/2018	74.197,76
06/2019	0009130-08.2018.8.26.0576	Alimentar	09/05/2018	146.188,80
07/2019	0000053-72.2018.8.26.0576	Alimentar	18/05/2018	40.279,85
08/2019	0018290-77.2006.8.26.0576	Alimentar	19/05/2018	188.203,72
09/2019	1057288-48.2016.8.26.0576	Alimentar	04/06/2018	28.380,92
10/2019	1003094-98.2016.8.26.0576	Alimentar	20/06/2018	17.440,37
11/2019	0006132-67.2018.8.26.0576	Alimentar	22/06/2018	533.787,55
12/2019	0053978-27.2011.8.26.0576/	Alimentar	26/06/2018	58.638,82
13/2019	0025110-29.2017.8.26.0576	Alimentar	27/06/2018	52.001,98
14/2019	1010878-63.2015.8.26.0576/	Alimentar	28/06/2018	28.768,10
01/2019	0025109-44.2017.8.26.0576	Outras Espécies	27/06/2018	541.392,68
Total				2.164.209,50

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PERANTE OS ORGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

TEMPORARIEDADE E REGULARIDADE

ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO

Com o advento da Constituição Federal de 1988, o artigo 74, § 2º, ao atribuir ao cidadão, partido político, associação ou sindicato, competência para denunciar ilegalidade ou irregularidades perante os Tribunais de Contas, privilegiou a cidadania e fez todos os cidadãos tornarem-se responsáveis pela coisa pública.

A exigência legal da criação do Controle Interno advém de cláusula constitucional e alcança as entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta, nos termos do artigo 70 da Constituição Federal, in verbis:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. (destacamos)

O ordenamento constitucional, por si só, é claro em ordenar a criação de tal controle, porém, corroborando com o mandamento, o Artigo 35 de Constituição Estadual do Estado de São Paulo também exige a fiscalização almejada:



Artigo 35 - Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, **sistema de controle interno** com a finalidade de: **(destacamos)**

(...)

Além disso, também há previsão do Controle Interno na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n.º 101/2000), nos Artigos 54, Parágrafo Único e 59, que assim expressam:

Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:

(...)

Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e **pelo controle interno**, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20. **(grifamos)**

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e **o sistema de controle interno de cada Poder** e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a: **(grifamos)**

(...)

Se farta fundamentação não bastasse, a Lei Complementar n.º 709/1993, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, prevê em seu Artigo 26 a existência do Controle Interno como forma auxiliar de fiscalização, nos seguintes termos:

Artigo 26 - Para cumprimento de suas funções, **o Tribunal de Contas poderá utilizar-se dos elementos apurados pelas unidades internas de controle da administração direta e autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público estadual ou municipal. (grifamos)**

Diante das leis supracitadas, desde o exercício de 2.009 o **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (TCE-SP)** vem exigindo, nos relatórios finais de avaliação e em seu site (<http://www4.tce.sp.gov.br/controle-interno-munic-paulistas>), a implantação do Sistema de Controle Interno.

A ausência de sua instalação e composição de seu(s) membro(s) poderá ensejar a aplicação de sanções aos administradores, conforme as Instruções 02/2008 do TCE-SP.

No âmbito da RIOPRETOPREV, a comissão de controle interno foi normatizada pela Instrução Normativa n.º 23/2013.

DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO

Através da portaria n.º 128/2013, de 06 de março de 2013, foram nomeados os integrantes do Sistema de Controle Interno.



Em relação à nomeação dos supramencionada, é importante destacar que o **TCE-SP exige expressamente que os encargos do Controle Interno sejam exercidos por servidores de carreira do órgão da administração pública, conforme Comunicado SDG nº 32/2012 (disponível em: <http://www4.tce.sp.gov.br/comunicado-sdg-n-322012>).**

Foram nomeados para compor o sistema de controle interno:

- **Adriano Antonio Pazianoto – Presidente**
- **Hélio Antunes Rodrigues e Izabel Cristina Pires Borelli – Membros.**

DOS TRABALHOS REALIZADOS

A auditoria do Sistema de Controle interno é realizada a partir de relatórios semestrais realizados pela equipe respectiva.

Também são analisados todos os adiantamentos concedidos aos servidores municipais.

DA FINALIDADE DA COMISSÃO DO CONTROLE INTERNO DA RIOPRETOPREV

O art. 3º da Instrução Normativa 23, de 30 de abril de 2013 estabelece como finalidade da comissão de controle interno:

- Criar as condições necessárias que assegurem a eficácia do controle e a regularidade da realização da receita e da despesa da autarquia;
- Acompanhar as execuções de programas de trabalho e do orçamento;
- Avaliar os resultados alcançados pelos administradores;
- Verificar a execução dos contratos;
- Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento;
- Verificar a legalidade de atos e avaliar os resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
- Verificação de atos e fatos administrativos;
- Verificação das atividades de compensação previdenciária;
- Verificação da eficiência e eficácia do fluxo de trabalho.



Além dos itens apontados acima, compete também a Comissão de Controle Interno, de acordo com o TCE-SP:

- Atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados.

CANAIS DE ATENDIMENTO

A autarquia hoje possui os seguintes canais de atendimento:

- Atendimento presencial no prédio da instituição;
- Atendimento telefônico;
- Atendimento via e-mail ou “fale conosco”;
- Atendimento da Ouvidoria.

Foi instituído sistema de gestão do atendimento para quantificar os atendimentos realizados pela RIOPRETOPREV. Tal sistema foi implantado em 01/10/2018.

RESULTADO DA PESQUISA POR SATISFAÇÃO DO ATENDIMENTO.

RESULTADO PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO ATENDIMENTO								
Atendimento em Geral								
Competência: Janeiro e Fevereiro de 2018					Quantidade de Opiniões: 19			
Quesitos:	Muito Satisfeito		Satisfeito		indiferente/não opinou		insatisfeito	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Cordialidade	18	94,74%	1	5,26%	0	0,00%	0	0,00%
Agilidade no atendimento	17	89,47%	2	10,53%	0	0,00%	0	0,00%
Ambiente Físico e acessibilidade	15	78,95%	3	15,79%	1	5,26%	0	0,00%
Comunicação Institucional	17	89,47%	2	10,53%	0	0,00%	0	0,00%

RESULTADO PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO ATENDIMENTO								
Atendimento em Geral								
Competência: Março a Maio de 2018					Quantidade de Opiniões: 24			
Quesitos:	Muito Satisfeito		Satisfeito		indiferente/não opinou		insatisfeito	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Cordialidade	16	66,67%	7	29,17%	0	0,00%	1	4,17%
Agilidade no atendimento	15	62,50%	8	33,33%	1	4,17%	0	0,00%
Ambiente Físico e acessibilidade	11	45,83%	11	45,83%	2	8,33%	0	0,00%
Comunicação Institucional	10	41,67%	6	25,00%	8	33,33%	0	0,00%

RESULTADO PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO ATENDIMENTO								
Atendimento em Geral								
Competência: Junho a Agosto de 2018					Quantidade de Opiniões: 32			
Quesitos:	Muito Satisfeito		Satisfeito		indiferente/não opinou		insatisfeito	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Cordialidade	24	75,00%	8	25,00%	0	0,00%	0	0,00%
Agilidade no atendimento	17	53,13%	13	40,63%	2	6,25%	0	0,00%
Ambiente Físico e acessibilidade	11	34,38%	19	59,38%	2	6,25%	0	0,00%
Comunicação Institucional	13	40,63%	14	43,75%	5	15,63%	0	0,00%

Tais informações são utilizadas para melhoria do atendimento aos segurados e à população.

Também foram analisados os tempos médios para concessão dos benefícios de aposentadoria e pensão por parte da Coordenadoria de Gestão de Benefícios na RIOPRETOPREV:



No período de janeiro a junho de 2018 foram processados 84 requerimentos de aposentadoria ou pensão.

REQUERIMENTOS DE PENSÃO POR MORTE DEFERIDOS

Nº do Requerimento	Data do Pedido	Data Finalização	Duração do Processo Administrativo
0001/2018	02/01/2018	20/01/2018	18
0225/2018	02/02/2018	20/02/2018	18
0275/2018	07/02/2018	20/03/2018	41
0344/2018	16/02/2018	20/03/2018	32
0605/2018	16/03/2018	01/04/2018	16
0628/2018	21/03/2018	21/04/2018	31
0685/2018	28/03/2018	01/05/2018	34
0744/2018	05/04/2018	01/05/2018	26
0836/2018	12/04/2018	25/05/2018	43
1211/2018	28/05/2018	19/06/2018	22
1359/2018	14/06/2018	21/08/2018	68
1435/2018	28/06/2018	01/08/2018	34
Quantidade de Requerimentos	12	Tempo Médio Duração (dias)	32

PENSÃO POR MORTE INDEFERIDO

Nº do Requerimento	Data do Pedido	Data Finalização	Duração do Processo Administrativo
0113/2018	16/01/2018	22/02/2018	37
0783/2018	09/04/2018	04/05/2018	25
0946/2018	24/04/2018	10/05/2018	16
1264/2018	07/06/2018	20/06/2018	13
Quantidade de Requerimentos	4	Tempo Médio Duração (dias)	23

REQUERIMENTOS DE APOSENTADORIAS INDEFERIDOS

Nº do Requerimento	Data do Pedido	Data Finalização	Data Finalização	Duração do Processo Administrativo
0131/2018	18/01/2018	Aposentadoria Especial	05/03/2018	46
0156/2018	23/01/2018	Aposentadoria por Tempo de Contribuição	22/02/2018	30
0175/2018	26/01/2018	Aposentadoria Especial	16/02/2018	21
0325/2018	15/02/2018	Aposentadoria por	20/03/2018	33



		Tempo de Contribuição		
0381/2018	21/02/2018	Aposentadoria por Idade	18/05/2018	86
0451/2018	02/03/2018	Aposentadoria por Idade	02/05/2018	61
0558/2018	12/03/2018	Aposentadoria Especial	22/08/2018	163
Quantidade de Requerimentos		7	Tempo Médio Duração (dias)	63

REQUERIMENTOS DE APOSENTADORIA ARQUIVADOS OU DEFERIDOS

Nº do Requerimento	Data do Pedido	Data Finalização	Duração do Processo Administrativo
0013/2018	03/01/2018	01/03/2018	57
0019/2018	04/01/2018	01/02/2018	28
0026/2018	05/01/2018	17/02/2018	43
0036/2018	08/01/2018	17/02/2018	40
0042/2018	08/01/2018	01/02/2018	24
0077/2018	12/01/2018	01/02/2018	20
0086/2018	15/01/2018	30/01/2018	15
0093/2018	15/01/2018	01/03/2018	45
0095/2018	15/01/2018	17/02/2018	33
0101/2018	15/01/2018	01/03/2018	45
0105/2018	15/01/2018	01/02/2018	17
0130/2018	18/01/2018	20/02/2018	33
0142/2018	19/01/2018	01/03/2018	41
0148/2018	22/01/2018	01/03/2018	38
0155/2018	23/01/2018	05/03/2018	41
0167/2018	25/01/2018	19/05/2018	114
0194/2018	30/01/2018	16/04/2018	76
0207/2018	31/01/2018	20/03/2018	48
0208/2018	01/02/2018	20/03/2018	47
0226/2018	02/02/2018	01/03/2018	27
0243/2018	05/02/2018	01/03/2018	24
0250/2018	05/02/2018	01/03/2018	24
0274/2018	07/02/2018	01/03/2018	22
0290/2018	08/02/2018	06/03/2018	26
0324/2018	15/02/2018	20/03/2018	33
0339/2018	16/02/2018	20/03/2018	32
0342/2018	16/02/2018	20/03/2018	32
0403/2018	26/02/2018	01/04/2018	34
0405/2018	26/02/2018	21/04/2018	54
0406/2018	26/02/2018	01/04/2018	34
0438/2018	01/03/2018	20/03/2018	19
0444/2018	01/03/2018	21/04/2018	51
0450/2018	01/03/2018	21/04/2018	51
0476/2018	05/03/2018	01/05/2018	57



0482/2018	05/03/2018	01/04/2018	27
0609/2018	16/03/2018	01/05/2018	46
0637/2018	22/03/2018	21/04/2018	30
0638/2018	02/03/2018	21/04/2018	50
0639/2018	22/03/2018	19/05/2018	58
0648/2018	23/03/2018	01/05/2018	39
0702/2018	02/04/2018	01/05/2018	29
0717/2018	03/04/2018	01/05/2018	28
0719/2018	03/04/2018	21/08/2018	140
0734/2018	04/04/2018	19/05/2018	45
0738/2018	05/04/2018	01/05/2018	26
0748/2018	05/04/2018	20/07/2018	106
0748/2018	05/04/2018	20/07/2018	106
0754/2018	06/04/2018	01/06/2018	56
0778/2018	09/04/2018	17/05/2018	38
0838/2018	12/04/2018	19/05/2018	37
0852/2018	13/04/2018	19/05/2018	36
0861/2018	13/04/2018	04/05/2018	21
0909/2018	19/04/2018	19/05/2018	30
0934/2018	23/04/2018	01/06/2018	39
0974/2018	27/04/2018	01/06/2018	35
0980/2018	27/04/2018	01/06/2018	35
0994/2018	02/05/2018	01/06/2018	30
1025/2018	04/05/2018	06/06/2018	33
1027/2018	04/05/2018	01/06/2018	28
1036/2018	07/05/2018	19/06/2018	43
1076/2018	09/05/2018	03/07/2018	55
1078/2018	09/05/2018	01/06/2018	23
1094/2018	10/05/2018	01/06/2018	22
1128/2018	15/05/2018	19/06/2018	35
1133/2018	15/05/2018	14/06/2018	30
1148/2018	16/05/2018	03/07/2018	48
1155/2018	18/05/2018	03/07/2018	46
1183/2018	22/05/2018	02/10/2018	133
1187/2018	23/05/2018	03/07/2018	41
1188/2018	23/05/2018	03/07/2018	41
1222/2018	30/05/2018	24/07/2018	55
1223/2018	30/05/2018	19/06/2018	20
1240/2018	05/06/2018	24/07/2018	49
1317/2018	12/06/2018	24/07/2018	42
1357/2018	14/06/2018	09/08/2018	56
1433/2018	27/06/2018	01/08/2018	35
1454/2018	29/06/2018	01/08/2018	33
Número de Requerimentos	77	Tempo Médio Duração (dias)	43



A RIOPRETOPREV também analisa os requerimentos de abono de permanência dos servidores do município. Embora não seja um benefício previdenciário, a autarquia verifica se o servidor cumpriu os requisitos para aposentadoria integral, informando a administração pública municipal sobre a possibilidade de concessão da vantagem financeira ao servidor. Seguem as informações estatísticas acerca dos pedidos de abono de permanência realizados no primeiro semestre de 2018:

PEDIDOS DE ABONO DE PERMANÊNCIA QUE ATENDEM AOS REQUISITOS

Nº do Requerimento	Data do Pedido	Data Finalização	Duração do Processo Administrativo
0164/2018	25/01/2018	08/02/2018	14
0165/2018	25/01/2018	08/02/2018	14
0183/2018	29/01/2018	15/02/2018	17
0217/2018	01/02/2018	21/02/2018	20
0293/2018	08/02/2018	15/02/2018	7
0335/2018	15/02/2018	17/04/2018	61
0360/2018	19/02/2018	26/03/2018	35
0373/2018	20/02/2018	19/04/2018	58
0386/2018	22/02/2018	12/03/2018	18
0408/2018	26/02/2018	12/03/2018	14
0459/2018	02/03/2018	23/04/2018	52
0500/2018	06/03/2018	19/04/2018	44
0509/2018	07/03/2018	19/04/2018	43
0608/2018	16/03/2018	19/04/2018	34
0683/2018	28/03/2018	17/04/2018	20
0686/2018	28/03/2018	10/04/2018	13
0741/2018	05/04/2018	08/05/2018	33
0752/2018	05/04/2018	03/05/2018	28
0814/2018	11/04/2018	03/05/2018	22
0901/2018	18/04/2018	07/05/2018	19
0972/2018	27/04/2018	08/05/2018	11
1028/2018	04/05/2018	15/05/2018	11
1089/2018	10/05/2018	05/06/2018	26
1140/2018	16/05/2018	30/05/2018	14
1146/2018	16/05/2018	05/06/2018	20
1151/2018	17/05/2018	21/05/2018	4
1192/2018	24/05/2018	06/06/2018	13
1206/2018	25/05/2018	13/06/2018	19
1224/2018	30/05/2018	13/06/2018	14
1313/2018	12/06/2018	25/06/2018	13
1424/2018	26/06/2018	11/07/2018	15
Número de Requerimentos	31	Tempo Médio Duração (dias)	23



PEDIDOS DE ABONO DE PERMANÊNCIA QUE NÃO ATENDEM AOS REQUISITOS

Nº do Requerimento	Data do Pedido	Data Finalização	Duração do Processo Administrativo
1190/2018	23/05/2018	12/06/2018	20
1298/2018	11/06/2018	02/07/2018	21
Número de Requerimentos	2	Tempo Médio Duração (dias)	20,5

Em relação aos anos anteriores, o tempo médio para concessão de benefícios se comporta da seguinte forma:

Tipo de Benefício/Ano/Duração	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Aposentadoria por Tempo de Contribuição - Integral	101	57	36	38	40	36
Aposentadoria por Tempo de Contribuição - Média	143	54	26	0	35	83
Aposentadoria por Idade	143	129	49	52	47	62
Aposentadoria por Invalidez	385	300	99	101	154	140
Pensão por Morte de Servidor Ativo	56	31	37	43	33	27
Pensão por Morte de Servidor Inativo	58	36	19	34	30	34

São José do Rio Preto, 01 de outubro de 2018.

JAIR MORETTI
Diretor Superintendente

WILCLEM DE LAZARI ARAUJO
Diretor Técnico - Interino

ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO
Diretor Executivo